

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEANDRO PASCHOAL

**SEGURANÇA PÚBLICA: QUADRO CRIMINAL BRASILEIRO E A
PROPOSTA DO PRONASCI**

**CURITIBA
2014**

LEANDRO PASCHOAL

**SEGURANÇA PÚBLICA: QUADRO CRIMINAL BRASILEIRO E A
PROPOSTA DO PRONASCI**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas no curso de graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: Prof.^a Denise Maria Maia

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

LEANDRO PASCHOAL

SEGURANÇA PÚBLICA: QUADRO CRIMINAL BRASILEIRO E A PROPOSTA DO PRONASCI

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADORA

Prof^a. Denise Maria Maia
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

Prof^o. Fernando Motta Correia
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

Prof^o. Pulquerio Figueiredo Bittencourt
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

Curitiba, Dezembro de 2014

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Deus, sem ele nenhum de nós estaria aqui.

Meu agradecimento especial aos meus familiares; à minha mãe e à minha tia, que sempre estiveram presentes, me apoiando e ajudando quando necessário.

À minha namorada, que sempre me apoiou, me motivou e sempre compreendeu os dias que eu estive ausente.

À minha querida orientadora, sempre solícita e dedicada, a qualquer hora do dia; sempre me acalmou nos momentos de estresse e me norteou nos momentos de dificuldades .

À todos os docentes, que compartilharam com o seu vasto e valioso conhecimento e aos demais servidores da Universidade que de alguma forma também contribuíram ao longo desta jornada.

É um grande orgulho ter participado desta história centenária da Universidade Federal do Paraná.

Sempre serei muito grato a todos vocês!

Um forte abraço!

*A sabedoria não se transmite, é preciso que nós a descubramos fazendo
uma caminhada que ninguém pode fazer em nosso lugar e que
ninguém nos pode evitar, porque a sabedoria é uma maneira de ver as coisas.*

(Proust)

RESUMO

O presente trabalho discute a segurança pública no Brasil e o Programa Nacional de Segurança pública com Cidadania – Pronasci. O trabalho apresenta os conceitos da violência e discorre sobre as suas principais causas. Expõe as causas contextuais geradoras da violência, principalmente as provenientes das desigualdades sociais e que afetam principalmente jovens em seu período de formação como indivíduos, que, entre outras causas demonstradas são o tráfico de drogas e a impunidade. Discute a eficácia de políticas de segurança pública da ótica repressiva, com dados de criminalidade demonstrados. Apresenta os investimentos no setor, bem como os resultados em número de crimes e a nova ótica proposta, a junção de repressão e prevenção, a superação desta dicotomia; a política de segurança cidadã. A partir deste novo conceito de política de segurança pública surgiu a idéia do Pronasci, um programa do governo federal, que contou com o apoio de diversos ministérios e que aliado aos estados, municípios e a comunidade propôs alterar o modo de se fazer segurança pública. Segundo os autores adotados, o programa acertou no diagnóstico da criminalidade brasileira, porém, teve muitos problemas quanto a sua implementação e execução. Mesmo com os problemas enfrentados, pode-se ter algum otimismo sobre o programa, pois representou a quebra de paradigmas e serviu de escopo para futuros programas da área, de modo a utilizar os seus acertos e aprender com os seus erros. Finaliza com questões a respeito da aplicação dos gastos públicos do setor, e das deficiências do aparelhamento de segurança pública.

ABSTRACT

This paper debates about public safety in Brazil and the National Program for Public Safety with Citizenship – Pronasci. The paper presents the concepts of violence and discourses about its main causes. It exposes the contextual generating causes of violence, mainly the ones that come from social inequalities and affect mainly young people in their time of development as individuals, which, among other demonstrated causes are drug trafficking and impunity. It debates the effectiveness of public safety policies from a repressive perspective, with demonstrated crime data. It presents the investments in the sector, as well as the results in number of crimes and the new perspective proposed, the combination of repression and prevention, the overcoming of this dichotomy; the citizen safety policy. From this new concept of public safety policy came the idea of Pronasci, a program of the federal government, which had the support of several ministries and that allied to the states, municipalities and the community has proposed to change the way of making public safety. According to the authors adopted, the program succeeded in the diagnosis of Brazilian crime, however, had many problems regarding its implementation and execution. Even with the problems faced, it is possible to have some optimism about the program, because it represented a paradigm shift and served as a scope for future programs in the field, in order to use its successes and learn from its mistakes. It finishes with questions about the application of public spending in the sector, and the shortcomings in the apparatus of public safety.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – PERFIL DO INFRATOR BRASILEIRO.....	22
FIGURA 2 – POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	27
GRÁFICO 1 – VITIMIZAÇÃO POLICIAL BRASIL – 2009 – 2013.....	30
GRÁFICO 2 – LETALIZAÇÃO POLICIAL – BRASIL 2009-2013.....	31
GRÁFICO 3 – PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SOBRE OS PROBLEMAS NO PAÍS.....	39
GRÁFICO 4 – NÚMEROS DE HOMICÍDIOS: 1980-2012.....	40
GRÁFICO 5 – VIOLÊNCIA ARMADA BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013.....	41
GRÁFICO 6 – CRIMES VIOLENTOS LETAIS ENTRE 2006-2013.....	43
GRÁFICO 7 – CASOS DE ROUBOS.....	44
GRAFICO 8 - ESCOLARIDADE DOS VICIADOS EM CRACK/OU SIMILARES.....	5
GRAFICO 9 – EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA (em bilhões).....	47

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2011.....	23
TABELA 2 – ETNIA DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO-2011.....	24
TABELA 3 – SEXO DAS VITÍMIAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2011– FAIXA ETÁRIA 15-24 ANOS	24
TABELA 4 - HOMENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2011- FAIXA ETÁRIA 15-24 ANOS.....	24
TABELA 5 – TAXA DE HOMICÍDIOS POR GRANDES REGIÕES 2000-2010.....	42
TABELA 6 – CRIMES VIOLENTOS LETAIS ENTRE 2006 E 2013.....	42
TABELA 7 – DETENÇÃO NO ÚLTIMO ANO ENTRE OS USUÁRIOS DE CRACK E/OU SIMILARES, POR GRUPO DE MUNICÍPIOS, 2012.....	46
TABELA 8 - TOTAL GASTO COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA PELA UNIÃO.....	47
TABELA 9 - TOTAL DE GASTOS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA UF E MUNICÍPIOS.....	47
TABELA 10 - DESPESA <i>PER CAPITA</i> REALIZADA COM FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA.....	48
TABELA 11 – GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PIB 2012-2013.....	48
TABELA 12 – GASTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PIB – PAÍSES SELECIONADOS 2012.....	49
TABELA 13 – TOTAL DE GASTOS E TRANSFERÊNCIAS DO PRONASCI.....	58

LISTA DE SIGLAS

CIA - Central de Inteligência Americana
CGU – Controladoria Geral da União
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNM - Confederação Nacional de Municípios
CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DMF - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
DPNMJ - Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
GGIM - Gabinetes de Gestão Integrada Municipais
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
ILANUD - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente
IPEA - Instituto de Pesquisas Avançadas
MJ - Ministério da Justiça
OCIPS - Organizações civis públicas
ONGs - Organizações não governamentais
PELC - Programa Esporte e Lazer da Cidade
PIAPS - Plano de Ação Integrada e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PUC-MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIMAP - Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronasci
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo
SSPE - Secretarias de Segurança Pública Estaduais
SUSP - Sistema Único de Segurança Pública
TCU - Tribunal de Contas da União
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFSP - Universidade Federal de São Paulo
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 VIOLÊNCIA	14
2.1 AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL	15
2.1.1 Desigualdades Sociais	15
2.1.2 Tráfico de drogas	18
2.1.3 Perfil do infrator (menor) brasileiro	20
2.1.3.1 Distribuição etária, socioeconômica e geográfica dos infratores no Brasil	22
3 POLÍTICAS PÚBLICAS	25
3.1 POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA	26
3.1.1 Força policial	29
3.1.2 História da Segurança Pública no Brasil	31
3.2 POLÍTICA SOCIAL	33
3.3 POLÍTICAS IDEAIS PARA ACABAR COM A CRIMINALIDADE	34
3.3.1 Redução das desigualdades sociais e a pobreza	34
3.3.2 Combate ao tráfico de drogas	35
3.3.3 Investigação criminal	37
4 ESTATÍSTICAS DE CRIMES NO BRASIL	39
4.1 DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA	46
5 PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA PRONASCI	50
5.1 MECANISMOS DO PROGRAMA	53
5.2 OBJETIVOS	55
5.3 PRINCIPAIS PROJETOS	55
5.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO PRONASCI	58
5.5 DIAGNÓSTICO DO PRONASCI DADO PELO TCU	60
6 CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade determina a convivência entre os mais variados tipos de pessoas e situações sócio-econômicas, deste modo, a complexidade do convívio humano ocasiona o surgimento de problemas sociais e de segurança como a ocorrência de roubos, crimes e violência nos mais variados padrões e graus. É importante considerar que a violência pode ser considerada como:

uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al.*, 2002, p. 5).

O Brasil é apontado por diversas pesquisas realizadas por importantes órgãos mundiais, como um dos países com os maiores índices de violência no mundo e que registra este tipo de ocorrência em diferentes formas, como a violência doméstica, furtos, roubos, homicídios, seqüestros, lesões corporais, estelionatos e tráfico de drogas. A situação da violência faz com que surjam várias conseqüências problemáticas para a sociedade, como o aumento de crimes, homicídios, gastos para o setor de saúde e de segurança pública, entre outros.

Mesmo com aumentos significativos nos gastos em segurança pública, tanto na esfera federal, estadual e municipal, os índices de criminalidade continuam com números alarmantes no Brasil. Para muitos dos autores que serão citados neste trabalho, somente gastos em políticas públicas repressivas, ou seja, aumento de número de policiais, mais prisões, não é suficiente para reduzir a criminalidade. Somente aliando estas ações repressivas às ações preventivas é que se podem obter resultados positivos.

Para tentar diminuir a criminalidade no Brasil, políticas públicas são promovidas por instituições governamentais á fim de combater a violência e buscar a melhoria na qualidade de vida da população brasileira. Uma das estratégias mais recentes adotadas para a redução da criminalidade brasileira foi a criação em 2007, em nível nacional, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Esta estratégia de atuação consiste na articulação de políticas de segurança unidas a ações sociais. Deste modo, o Pronasci prioriza a prevenção dos crimes e busca atingir as causas que levam à violência, mas sem abrir mão de medidas voltadas para o ordenamento social e a segurança pública.

Além de contar com ações repressivas, como combate ao crime organizado e o tráfico de drogas, o programa possui caráter preventivo, visando combater alguns dos principais fatores geradores pela criminalidade: a falta de informação/educação ou a baixa escolaridade, a falta de condições de trabalho e de emprego, assim como a falta de acesso à cultura e ao lazer.

A partir de todas estas considerações, surgiu o problema de pesquisa deste trabalho que consiste na busca da resposta à seguinte pergunta: O Programa Nacional de Segurança com Cidadania foi elaborado adequadamente e segundo o diagnóstico da histórica violência brasileira para atender a diminuição da violência no país?

Com base neste questionamento inicial surgiu a idéia desta pesquisa que pretendia analisar a eficácia do Pronasci junto ao combate à violência brasileira e se tem cumprido com seus principais objetivos e metas no período entre os anos de 2007 e 2012, porém, dado a alguns problemas que serão citados no presente trabalho, não foi possível avaliar o Programa, nem mesmo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que seria a responsável por avaliar o programa conseguiu avaliá-la. Tendo em visto este problema encontrado no presente trabalho, optou-se por analisar o quadro criminal brasileiro, bem como os investimentos que foram realizados desde 2000 a 2013 no setor, e com base nestes números analisar se este aumento nos gastos em segurança pública reduziu os índices de criminalidade do país.

2 VIOLÊNCIA

Este capítulo pretende discorrer acerca do significado de violência e suas principais causas. De acordo com Zaluar (1999), a violência - palavra que provém do latim *violentia*, que remete à força, vigor, emprego de força física ou recursos do corpo em exercer a sua força vital - quando esta força ou vigor ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica, passa a ser considerada violência. É portanto a percepção do limite, da perturbação e do sofrimento que provoca, que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia culturalmente e historicamente.

Segundo Maldonado (1997), a violência pode ser entendida:

... como sendo o uso de palavras ou ações que machucam as pessoas. É violência também o uso abusivo ou injusto do poder, assim como o uso da força que resulta em ferimentos, sofrimento, tortura ou morte. (MALDONADO, 1997, p. 9).

Além das dificuldades relativas à definição da violência, ainda tem-se o problema da delimitação de seu objeto, pois, existem muitas formas que a violência pode assumir, existe ainda, o problema da intensidade da violência, as normas legais e culturais que orientam a classificação das ações humanas em violentas e não-violentas. (RISTUM & BASTOS, 2004).

De acordo com a tipologia de violência proposta por Bronfenbrenner (1996), existem as causas contextuais e as causas pessoais. As causas pessoais referem-se aos fatores biológicos, físicos e psicológicos dos infratores, já as causas contextuais da violência são relativas à estrutura econômica, política, cultural e social, tendo como exemplos a pobreza, desemprego, impunidade, exclusão social, fome, entre outros.

De acordo com Ristum e Bastos, (2004), diante desta visão, diversos estudos começaram a focar para a violência como um fenômeno gerado em meio aos processos sociais, históricos e culturais, afirmando a ineficiência de se estudar a violência de forma independente da sociedade. No presente trabalho, a

violência será analisada segundo classificação e a visão das causas contextuais proposta por Bronfenbrenner (1996), e compartilhada por Ristum & Bastos, (2004), que também tratam a violência com um enfoque social, histórico e cultural.

2.1 AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Para adentrar no assunto da criminalidade e tratar a respeito de políticas públicas que possam ser eficientes é necessário entender quais as principais causas geradoras da criminalidade no Brasil. De acordo com Santos e Kassouf (2007), não adianta tão somente tornar as leis mais duras, aumentar o número de policiais nas ruas, fornecer mais armas e equipamentos para as polícias ou até mesmo construir mais presídios, é necessário entender quais os fatores que geram a criminalidade no país, para a partir daí, criar medidas eficientes no combate ao crime e à violência.

De acordo com Santos (2006), desde o século XIX os estudiosos do assunto tentam entender o motivo que levam os indivíduos a ingressar na vida delituosa, e quais os meios que poderão ser eficientes em reduzir a prática criminosa. A ciência humano-social que visa estudar o fenômeno do crime, suas causas e possíveis soluções, é denominada de criminologia. Mesmo não havendo consenso nos principais estudos sobre o assunto, tendo em vista as diversas causas deste fenômeno, existe um ponto em comum: para reduzir efetivamente a criminalidade, deve-se acometer simultaneamente as diversas causas propagadoras e de modo eficiente. (SANTOS, 2006). No presente trabalho, analisaremos as principais causas de ordem social que contribuem para a criminalidade.

2.1.1 Desigualdades Sociais

Nos últimos séculos, o fenômeno do êxodo rural e da crescente urbanização são fatores de ordem social que vem contribuindo para o aumento da criminalidade. O Brasil mudou de uma sociedade rural para uma sociedade altamente urbana, concentrada em metrópoles altamente populosas, repleta de

guetos e altamente violentas (VERGARA, 2002, p. 14). O sociólogo Ignácio Cano, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sustenta a idéia de que as metrópoles têm como principal característica a desigualdade social, possuindo, portanto, o melhor “caldo de cultura” para a violência e o crime. (CANO, 2002).

Segundo Neher (2013) *apud* Moraes (2013), essa violência apresentada atualmente na sociedade brasileira é um resquício da forma como a nossa sociedade foi constituída, pela escravidão e pelo latifúndio.

A base da estrutura da violência brasileira ainda é a da dupla latifúndio e escravidão, não é à toa que as populações negras no Brasil ocupam os piores lugares nas estatísticas de indicadores sociais. Isso mostra que aquilo que se iniciou lá no processo de escravidão não foi resolvido. A democracia e a justiça social não atingiram igualmente a todos os brasileiros. (NEHER 2013 *apud* MORAES 2013).

Fernandes (2007) aponta a pobreza e a desigualdade no Brasil como sendo um fator histórico:

Entretanto antes de qualquer coisa, a questão da pobreza e da desigualdade no Brasil se mostra como algo gerado por um déficit histórico de cidadania em um país que viveu sob regime escravo por quatro séculos, no qual os direitos civis e políticos existiam apenas no papel. (FERNANDES, 2007, p. 216-218).

Para Vergara (2002), a pobreza pode ser conceituada como a falta do necessário à vida - alimentação, vestuário, higiene e moradia. A miséria¹, por sua vez, é a pobreza extrema. Tanto a pobreza quanto o seu estado mais agudo, a miséria, são reconhecidas como fatores sociais da criminalidade.

Ainda de acordo com Vergara (2002), a pobreza é um dos principais fatores que atrapalham a transmissão dos valores sociais, pois diminui o contato entre pais e filhos, enfraquecendo assim a transmissão do legado familiar sobre como viver em sociedade. O fato de pais e mães passarem o dia inteiro fora de casa, deixando seus filhos para serem criados na “rua”, aumenta o risco de seus filhos sofrerem influência de outros jovens, principalmente daqueles que já são delinquentes. Isso quando há pai e mãe, pois, segundo Vergara (2002), o sociólogo Tulio Kahn, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquentes (ILANUD) afirmou que: “o

¹ De acordo com o critério utilizado pelo Governo Federal nos seus programas, considerando-se a renda *per capita*, o indivíduo que possui uma renda mensal abaixo de R\$ 71,00 é considerado miserável.

grau de delinqüência de uma comunidade é diretamente proporcional ao número de famílias monoparentais, ou seja, em que os filhos são criados só pelo pai ou pela mãe”. (VERGARA, 2002, p. 14). Ainda segundo o autor, nas vizinhanças mais pobres, onde geralmente as casas são compartilhadas por famílias inteiras, ou ainda por mais de uma família, os jovens optam por passar seu tempo na rua, ficando assim longe dos olhos dos pais, o que segundo o autor, é um grande inibidor da delinqüência.

Vergara (2002), ainda enfatiza a importância de citar que a maior parte da criminalidade gerada pela desigualdade em meio à pobreza tem como vítimas os próprios pobres, gerando um ciclo contínuo de violência e pobreza, ainda mais que eles não têm a quem recorrer, visto que, em muitos bairros de baixa renda, a presença da polícia e de serviços de saúde é demasiadamente precária. Este ciclo supracitado, segundo o autor, incide principalmente em relação aos crimes violentos, como o homicídio, por exemplo, enquanto os crimes contra o patrimônio guiados muito mais pela oportunidade, ocorrem nas regiões mais ricas das cidades, onde há patrimônio para ser subtraído.

O crime deriva principalmente da desigualdade econômica e representa uma reação contra a injustiça social. A desigual repartição da riqueza condena uma parte da população à miséria e, com esta, à falta de educação e à ignorância. (GAROFALO, 1997, p. 103).

Tendo como base as informações descritas por diversos autores neste capítulo, fica evidenciado de que o sistema penal, sobretudo nos estabelecimentos penais, agrega, em sua maioria, pessoas que não possuem o mínimo necessário para uma vida digna.

Os assaltantes, em sua quase totalidade, são indivíduos rudes, semi-analfabetos e pobres, quando não miseráveis. Sem formação moral adequada, eles são parias da sociedade, nutrindo indisfarçável raiva e aversão, quando não ódio, por todos aqueles que possuem bens de certo modo ostensivos, especialmente automóveis de luxo e mansões, símbolos inquestionáveis de um *status* econômico superior. Esse sentimento de revolta por viver na pobreza não deixa de ser um dos fatores que induz o indivíduo ao crime (contra o patrimônio, especialmente), adquirindo, não raro, um sentido de violência delinqüencial muito grande. De fato, assaltantes adultos ou jovens, agindo isoladamente ou em quadrilhas, não se apiedam das vítimas, matando-as, às vezes, pelo simples esboço de um gesto qualquer de pavor ou de instintiva e desarmada defesa. Esse ódio ou aversão contra os possuidores de bens age como verdadeiro fermento, fazendo crescer

o bolo da insatisfação, do inconformismo e da revolta das classes mais pobres da sociedade, que se tiverem a temperar o bolo algum hipertensor da violência e agressividade humanas, infalivelmente as levarão ao cometimento de alentado número de atos anti-sociais, desde a destruição de uma simples cabine telefônica até à perpetração dos crimes mais bárbaros, dando números maiores às altas taxas de criminalidade, que parecem incluir-se na categoria das deseconomias de aglomeração, como um particular custo pago pelo habitante das grandes cidades pelas vantagens da urbanização. Nesses casos, a repressão policial tem valor limitado, pois combatendo uma parte maior ou menor dos efeitos, não tem o condão de eliminar as causas. E as causas todas emanam, principalmente, da má distribuição de riquezas e do conluio do poder público com o poder econômico, permitindo que este caminhe paralelamente com ele, como seu sub-gerente na condução dos destinos de um país. (GONÇALVES, 2013 *apud* FERNANDES ET al, 2002, p. 389).

Segundo Young (2002), após a adoção do capitalismo e, a posteriori do modelo de estado neoliberal, modelo este no qual o governo interfere menos na economia, no final do século passado, as desigualdades entre as diversas camadas sociais foram intensificadas, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento, acentuando ainda mais a concentração de riquezas. O que levou uma grande parcela da população à exclusão social, ficando assim, privada de alguns direitos fundamentais como, a educação, saúde, trabalho e segurança e, por este motivo, recebendo continuamente estímulos para a prática criminosa.

De acordo com Saliba (2008), o novo modelo social marcado pela exclusão, foi perpetuando-se lentamente e modificando antigos valores morais e ideologias, seja no campo econômico, político, social ou familiar. Saliba (2008), mesmo não conseguindo apontar, segundo ele próprio, de forma conclusiva quais são os novos valores sociais que surgem desta nova forma de sociedade, descreve como assustadoras as mudanças que já são visíveis na atual sociedade.

2.1.2 Tráfico de drogas

De acordo com o 2º Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, estudo realizado e divulgado pela Universidade Federal de São Paulo (UFSP) em 2012, o Brasil é o maior mercado de crack do mundo e o segundo maior mercado de

cocaína. De acordo com matéria veiculada pelo Jornal Correio Brasiliense em 2010, com base em dados do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o tráfico de drogas fatura R\$ 1,4 bilhão por ano no Brasil e está em crescente expansão. (CASTRO e FURBINO, 2010).

O crescimento do tráfico de entorpecentes no país, principalmente do crack nas comunidades periféricas, onde a comercialização é estruturada em redes popularmente chamadas de “bocas” ou “bocas de fumo”, viabilizou a inserção crescente de jovens no ciclo vicioso da criminalidade e da violência. Nesse cenário, se inserem as gangues juvenis, onde os conflitos e disputas são muitas vezes resolvidos à base da violência, aumentando as estatísticas de homicídios. (SAPORI & MEDEIROS, 2010).

Geralmente as regiões com maior vulnerabilidade social tornam-se o local propício para a venda de drogas ilícitas e conseqüentemente para formação de bocas, atraindo uma grande quantidade de jovens, que, dividem-se em grupos e gangues rivais, formando um mercado de varejo bastante fragmentado, e conseqüentemente bastante conflituoso. As disputas por pontos de venda e os acertos de contas, tanto entre traficantes, quanto entre traficantes e usuários, são feitos mediante o uso da violência, utilizando-se principalmente das armas de fogo. Outro fator que tende a acentuar ainda mais os conflitos nas relações entre vendedores e usuários de drogas é o crescente aumento do comércio do crack, pois a droga intensifica as situações de endividamento, tendo em vista o seu principal efeito farmacológico, que é a compulsão ao uso. (SAPORI & SENA, 2012, p. 69-76).

Segundo Zaluar (2012), além do aspecto financeiro, dos inegáveis ganhos materiais desta atividade econômica, existe também um outro atrativo para os jovens, que necessariamente não está ligado diretamente ao envolvimento ao tráfico, mas sim pelo relacionamento contínuo com o grupo criminoso, com o qual compartilha valores, crenças e regras. Cita como exemplo a formação de gangues, ou seja, o fato do jovem ingressar no tráfico de drogas pode tanto satisfazer as suas necessidades de consumo quanto a possibilidade de alcançar respeito, proteção, aumento da auto-estima e visibilidade perante os outros.

Para Zaluar (2012), deste modo, não se torna difícil compreender a atração que a arma de fogo exerce sobre os jovens do tráfico, pois ela é dotada de um significado simbólico de modo que a sua posse e ostentação perante os outros é tida como uma demonstração de força, de virilidade, de masculinidade, de status. Permitindo, portanto, superar as angústias a que o jovem pobre da favela está submetido, que são atreladas ao preconceito social e à desigualdade social.

De acordo com Saporì (2012), não podemos desconsiderar que o pano de fundo deste processo psicossocial é a existência de uma estrutura social bastante desigual, que possui uma dupla face, econômica e moral. A primeira face está ligada à desigualdade da distribuição da riqueza, portanto, de acesso às oportunidades de ascensão social e a segunda face está relacionada à desigualdade da cidadania, muito comum em uma sociedade que separa os cidadãos entre os de primeira classe e os de segunda classe. Essas desigualdades sociais são vivenciadas de modo bastante intenso pelos jovens da periferia, tornando-os mais vulneráveis ao processo de acumulação social da violência. Segundo Saporì (2012), este segmento social foi alvo de uma crescente disseminação pelos meios de comunicação de massa dos valores individualistas, consumistas e aos modelos culturais próprios à classe média, e, portanto com a persistência das estruturas de desigualdade social, estes jovens tendem a adentrar no caminho do tráfico de drogas e da violência.

A sedução do crime, no entanto, é tanto mais sedutora quanto menos recursos alternativos o indivíduo contar para atingir à curto prazo os bens materiais e simbólicos desejados. (SAPORÌ, 2012 p.153 *apud* MISSE, 1999, p. 395).

2.1.3 Perfil do infrator (menor) brasileiro

A pesquisa Panorama Nacional – A Execução das Medidas Sócio-educativas de Internação, foi realizada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base em dados colhidos pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), entre julho de 2010 e outubro de 2011 e entrevistou 1.898 adolescentes

distribuídos entre todos os estabelecimentos de internação do país, onde coletou dados de 14.613 processos judiciais de execução de medidas sócio-educativas de restrição de liberdade em tramitação por todo o território nacional. A partir da análise dos dados obtidos por este estudo, verificou-se que a metade dos adolescentes pesquisados é reincidente na prática de crimes. O roubo e o tráfico de drogas foram as infrações que levaram a maior parte dos jovens ao cumprimento de medidas sócio-educativas (60% dos entrevistados). Um dado de grande relevância a respeito dos reincidentes foi o aumento da prática de homicídio, que foi três vezes superior à verificada entre aqueles que cumpriam a primeira internação, aumentando de 3% para 10%. (BRAGA, 2012).

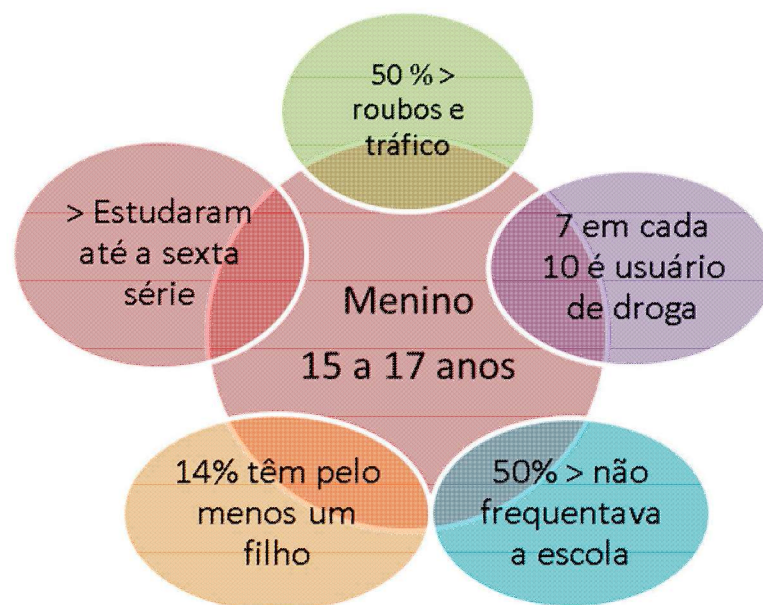
O estudo também revelou que cerca de 60% dos jovens entrevistados possuem idade entre 15 e 17 anos e que mais de 50% deles não freqüentava a escola antes de ingressar no estabelecimento de internação, a grande parte dos adolescentes infratores parou de estudar aos 14 anos, entre a quinta e a sexta série, o que demonstra a necessidade de se adotar no país políticas eficientes voltadas ao combate à evasão escolar no ensino fundamental. Além disso, 8% deles não chegaram sequer a serem alfabetizados. Nesse aspecto, a desigualdade entre as Regiões do país ficou evidenciada no estudo: entre os jovens entrevistados no Nordeste, 20% declararam que não sabem ler, enquanto nas demais regiões essa proporção foi de apenas 1%. (BRAGA, 2012).

Nesta mesma pesquisa o CNJ constatou que 14% dos jovens infratores possuem pelo menos um filho e apenas 38% deles foram criados conjuntamente pela mãe e o pelo pai. Além disso, sete em cada 10 adolescentes declararam-se usuários de drogas, sendo este percentual mais expressivo na Região Centro-Oeste (80,3%). A maconha aparece como o entorpecente mais consumido, seguida da cocaína e do crack. (BRAGA, 2012).

Segundo o CNJ este diagnóstico servirá de base para a definição de políticas públicas que garantam aos jovens sob custódia do Estado os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE). A pesquisa também apontou que ações voltadas à redução da evasão escolar e estratégias de combate ao uso de drogas podem contribuir de forma eficiente para impedir que os jovens entrem na criminalidade. O Conselho constatou ainda a necessidade de mais investimentos estatais na estrutura dos estabelecimentos de internação, muitos dos quais

carecem de pessoal e infra-estrutura adequada para promover à re-socialização dos adolescentes, pois segundo o estudo a média nacional de ocupação das unidades é de 102%, sendo que a Região Nordeste possui o maior percentual de taxa de ocupação. (BRAGA, 2012).

FIGURA 1 – PERFIL DO INFRATOR BRASILEIRO



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, SEGUNDO DADOS DO CNJ

2.1.3.1 Distribuição etária, socioeconômica e geográfica dos infratores no Brasil

Segundo Saporì (2012), entre diversos fatores que podem acarretar no aumento da criminalidade em uma região, há pelo menos dois que independem de outros e, sozinhos, em sociedades ricas ou igualitárias, ligam-se diretamente à criminalidade, que são o sexo e a idade da população. Para Saporì (2012), quanto maior for o percentual de homens jovens na população, maior será a taxa de criminalidade. Os censos mais recentes, como por exemplo o Mapa da Violência do Instituto Sangari, referenciam que a criminalidade ocorre em maior parte na faixa etária entre 15 a 24 anos e entre os indivíduos do sexo masculino. Estes jovens passaram literalmente a se matar fazendo uso cada vez mais intensivo da arma de fogo. Segundo um estudo publicado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em abril de 2010 - Homicídios por armas de fogo

no Brasil - Taxas e números de vítimas antes e depois da Lei do desarmamento, a cada 10 homicídios ocorridos no Brasil, 8 são cometidos com o uso da arma de fogo. (CNM, 2010).

Vergara (2002) argumenta que a correlação faixa etária e criminalidade ocorre por que adolescentes sofrem maior influência do meio, principalmente das amizades, têm uma necessidade crescente de dinheiro, associadas à baixa experiência e qualificação, só com subempregos à disposição; existe também uma necessidade de afirmação de valores individuais, em contraposição aos aceitos pela sociedade. Segundo Vergara (2002) ao sair da adolescência, os jovens tendem a parar de delinquir, pois estreitam seus laços com a sociedade, seja por meio do emprego, do casamento ou dos diferentes meios sociais que passam a frequentar. A relação sexo e criminalidade é influenciada também por fatores hormonais, pois os meninos, diferentemente das meninas, são incentivados a serem agressivos, impositivos e machões. (Vergara, 2002, p.14).

As tabelas a seguir apresentam dados sobre as vítimas de homicídios no ano de 2011, separadas por faixa etária, sexo, etnia, e região. O foco para as vítimas com idade entre 15 a 24 anos, confirma esta faixa etária com o maior índice de vitimização:

TABELA 1 - FAIXA ETÁRIA DAS VITÍMAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2011

FAIXA ETÁRIA DAS VITÍMAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2011						
Faixa Etária	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Menor de 1 ano	14	18	36	7	3	78
1 a 4 anos	12	23	30	10	6	81
5 a 14 anos	79	299	210	75	75	738
15 a 24 anos	2.105	7.429	5.219	2.061	1.622	18.436
25 a 34 anos	1.745	6.044	4.822	1.901	1.504	16.016
35 a 44 anos	897	2.844	2.765	1.010	796	8.312
45 a 54 anos	413	1.416	1.433	576	392	4.230
55 a 64 anos	185	623	714	254	182	1.958
65 a 74 anos	73	270	307	108	76	834
75 anos e mais	28	173	149	55	39	444
ignorada	85	251		125	137	1.071
TOTAL	5.636	19.390	16.158	6.182	4.832	52.198

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR A PARTIR DE DADOS DO DATASUS

TABELA 2 - ETNIA DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2011

Homicídios	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Branços	574	1.489	5.956	4.858	1.018	13.895
Negros	262	1.343	1.889	353	308	4.155
Amarelos	7	16	32	7	7	69
Pardos	4.611	14.675	7.573	861	3.332	31.052
Indígenas	44	25	10	12	47	138
Ignorado	138	1.842	698	91	120	2.889
Total	5.636	19.390	16.158	6.182	4.832	52.198

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR A PARTIR DE DADOS DO DATASUS

TABELA 3 – SEXO DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2011 – FAIXA ETÁRIA 15-24 ANOS

15-24	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Homens	1.999	7.008	4.812	1.909	1.486	17.214
Mulheres	106	420	407	152	136	1.221
Ignorado	0	1	0	0	0	1
Total	2.105	7.429	5.219	2.061	1.622	18.436

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR A PARTIR DE DADOS DO DATASUS

TABELA 4 - HOMENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2011 - FAIXA ETÁRIA 15-24 ANOS

Homens 15-24	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Branços	179	475	1.522	1.520	277	3.973
Negros	72	515	669	129	97	1.482
Amarelos	0	4	3	5	5	17
Pardos	1.811	5.726	2.813	370	1.203	11.923
Indígenas	10	6	0	4	11	31
Ignorado	33	703	212	33	29	1.010

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR A PARTIR DE DADOS DO DATASUS

Os dados apresentados nas tabelas acima confirmam que a faixa etária que apresenta a maior quantidade de homicídios é de 15 a 24 anos com 35%, seguido pela faixa de 25 a 34 anos com 30%. Em relação à distribuição étnica, os pardos são a etnia com a maior quantidade de homicídios no país cerca de 60%, os brancos vêm em seguida com 26% dos homicídios. Quanto à concentração deles no território nacional, observa-se que a maior parte está na região Nordeste do país seguido pela região Sudeste.

As tabelas acima também demonstram que mais de 93% dos homicídios que ocorrem na faixa de 15 a 24 anos são cometidos contra jovens do sexo masculino e que quase 65% dos homicídios cometidos contra esta mesma faixa etária são cometidos contra pessoas pardas. Pode-se então concluir que o perfil do jovem assassinado no país é de uma pessoa entre 15 e 24 anos do sexo masculino, da cor parda e morador da região nordeste do país.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

A Política pública pode ser conceituada como um conjunto de ações determinadas pelo Estado – governo federal, governo estadual ou municipal que visam atender as demandas da sociedade. Estas ações podem ser desenvolvidas somente pelo setor público ou também em parcerias público-privadas, sendo um dever do Estado a proposição de ações tanto preventivas quanto corretivas por meio de políticas públicas diante de situações que causem riscos à sociedade. Estas políticas podem tanto sociais, como segurança pública, saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência ou macroeconômicas como fiscal, monetária, cambial, industrial ou ainda em outras modalidades de atuação como científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária. (COIMBRA, 2012).

Segundo Souza (2006), a política pública pode ser resumida como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, fazer com que o governo execute alguma ação e/ou análise dessa ação (variável independente) e, quando for necessária alguma intervenção, proponha mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente). “A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.” (SOUZA, 2006, p. 36). Segundo a autora, a política pública é vista pelos principais estudiosos da área de três maneiras distintas. A primeira como um equilíbrio no orçamento entre receita e despesa governamental. A segunda como uma nova visão do Estado onde deixa de ser uma política keynesiana, na qual o governo deve gerar déficits orçamentários, para ser uma política restritiva aos gastos governamentais. E a terceira, que visualiza as políticas públicas como uma relação existente entre os países desenvolvidos e os que iniciaram a sua caminhada democrática recentemente, de um modo particular os países da América Latina os quais ainda não conseguem administrar de forma adequada os seus recursos públicos e equacionar os bens em benefício de sua população, de modo a incluir os excluídos.

Outra definição relacionada com este assunto é oferecida por Rua (1998), para quem as políticas públicas são os produtos da política geral de um país, isto é, são “decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. (RUA, 1998, p. 232).

Em relação ao conceito de política pública, deve ficar clara a noção de *trade-off* que submete todo o processo de formulação de políticas públicas, ou seja, a decisão pela realização de determinada política pública implica, necessariamente, o sacrifício de outras opções, como decorrência da clássica oposição econômica entre necessidades infinitas e recursos limitados. (ALMEIDA, 2010, p. 227).

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas são formuladas no momento em que os governos expressão suas ideias em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real de uma sociedade específica. O Estado é quem irá determinar como os diversos tipos de recursos serão usados para o benefício de seus cidadãos. Considerando-se os teóricos que atuam no estudo de políticas públicas é possível sintetizar essa atuação com a identificação de instituições que determinam a sua ocorrência, a identificação do modo de acumulação e investimento dos recursos financeiros obtidos da sociedade em políticas públicas e a prestação de contas dos valores gastos em favor da comunidade local.

De acordo com Fernandes (2007), as políticas públicas se manifestam através de duas dimensões complementares – a administrativa técnica e a dimensão política - como pode ser observado no trecho a seguir.

... costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto 'político' propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Esta é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório. (FERNANDES, 2007, p. 203).

Na próxima seção será explanado sobre o que entende-se por política de segurança pública e qual o seu principal enfoque na sociedade.

3.1 POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A política de segurança pública é uma política pública, se nela existir uma série de propostas e ações que visam tratar dos interesses públicos e da organização da vida social. É um conjunto de programas, estratégias e ações que promovem a manutenção da ordem pública no que diz respeito à criminalidade: como a violência e a falta de segurança para a sociedade.

Por mais estranho que possa parecer, o objetivo principal da política de segurança pública não é exatamente a redução da criminalidade ou da violência, mas sim a compatibilização da criminalidade com a estabilidade social, a manutenção da ordem pública², ou seja, atingir essa estabilidade de modo que respeite os direitos e deveres de todos os cidadãos, ao mesmo tempo que se faça uma política eficaz. (FILOCRE, 2009, p. 148).

Para Oliveira (2002), política de segurança pública refere-se às atividades e ações policiais, de modo que a política pública de segurança abrange ações governamentais e não-governamentais, que agem e causam impactos diretos e indiretos na questão da violência. Comumente, para haver a distinção de uma ou de outra, opta-se por classificar quem atua, de forma que para a maioria das pessoas, entende-se que política de segurança pública está relacionada quase que exclusivamente à atuação policial, ou melhor, à atuação repressiva da polícia.

Na política pública de segurança, há diversos elementos que agregam o seu conceito, tais como as ações policiais e políticas de ordem social, desde que voltadas ao âmbito da manutenção da ordem pública. Há programas de cunho social que tem por objetivo, complementar as ações repressivas e preventivas no combate à criminalidade, como é o caso da Bolsa Formação³ que tem o intuito de incentivar a profissionalização de cursos oferecidos pelo estado, ao mesmo tempo, que proporciona por meio da Bolsa um complemento de renda. “A rigor, para que seja uma política de segurança pública, a política social deve ter foco específico na criminalidade, compromissada com a manutenção da ordem pública”. (FILOCRE, 2009, p. 149).

FIGURA 2 - POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA



FONTE: Adaptado pelo autor (FILOCRE, 2009, p. 149).

² A ordem pública pode ser entendida como sendo “uma situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, fundada nos princípios éticos vigentes na sociedade, e refere-se à paz e à harmonia da convivência social, excluídos assim, a violência, o terror e a intimidação.” (ROSA, sem ano).

³ Será melhor explicado no capítulo 5.3

A política de segurança pública desenvolve-se a partir de duas idéias: com o uso de estratégias policiais – repressivas e punitivas – bem como a utilização de programas sociais para auxílio no comprometimento aos seus objetivos. No entanto é preciso haver um entendimento do problema a ser focalizado, e fazer uma análise do cenário, a fim de manter o comprometimento inicial - da integridade da ordem pública sob o ângulo da criminalidade:

Na elaboração de políticas de segurança pública, deve-se atentar aos critérios que proporcionem a construção de modelos que melhor se adaptem às estruturas, estatais – sistema de justiça criminal, especialmente, mas não exclusivamente –, aos meios de resposta à criminalidade, públicos ou privados, e à realidade das sociedades às quais se destinam, sobretudo quando se sabe por exemplo, que a vitimização por crimes não é homogênea, variando em função de áreas geográficas, situações localizadas e grupos sociais específicos (idade, gênero, raça/cor, nível de renda, etc). (NETO, 2006, p. 189).

Assim, há a necessidade das esferas de governo, olharem não somente para as ações repressivas, mas também para as vítimas desse processo, além da reestruturação do sistema de segurança pública. Para que isso ocorra da melhor forma, há classificações de políticas de segurança pública, que têm por finalidade, facilitar o conhecimento dos fatores e instrumentos específicos a serem utilizados na prevenção ao crime, além de promover um acompanhamento das variações ocorridas durante as fases de implantação e acompanhamento das políticas de segurança pública. Uma vez identificados os problemas e suas causas, tornam-se mais claros os arranjos institucionais necessários à execução das ações e estratégias políticas. (FREY, 2000).

A preservação da integridade física e patrimonial do cidadão é atividade de segurança pública, que ao lado da tranquilidade e da salubridade pública são aspectos de ordem pública. O Estado é o grande responsável pela segurança de todos, pois de todos deve e pode exigir o cumprimento dos deveres necessários à manutenção desta condição. Um dos mais difíceis problemas que os dirigentes de uma nação enfrentam é obter o exato equilíbrio entre as obrigações e as responsabilidades do Estado – voltado para o interesse coletivo e detentor do monopólio do uso legítimo da força – e as do cidadão, possuidor, de um lado, de direitos naturais inalienáveis e, de outro lado, subordinado ao ordenamento jurídico do estado de direito (ROSA, sem ano).

A verdade é que nosso país está carente de uma política pública que vise a união de esforços para a garantia de direitos de todos, pautada no respeito e não na violência, por isso há urgência na reestruturação do nosso sistema de justiça e segurança. Temos de modernizar nosso arranjo institucional diante de nossas respostas públicas, perante ao crime, à violência e à garantia de direitos. (FÓRUM, 2014, p. 9). As melhores ações na redução da violência e da criminalidade se concentram no tripé: o aperfeiçoamento da inteligência e investigação, a proximidade com a sociedade e o uso intensivo de informações.

3.1.1 Força policial

As forças policiais têm por principal missão a preservação e manutenção da ordem pública, além de assegurar condições ao cidadão do exercício dos seus direitos e garantias fundamentais. A preservação da ordem pública, a prevenção e restauração da segurança é função também das forças policiais, respeitando e protegendo sempre o livre exercício dos direitos e liberdades. O Estado tem por obrigação organizar e manter forças que estejam bem treinadas e orientadas na preservação da ordem pública, mantendo um ambiente e sociedade em situação de tranquilidade material e ausência de perturbações, promovendo a paz, a segurança e a tranquilidade. Para Rosa:

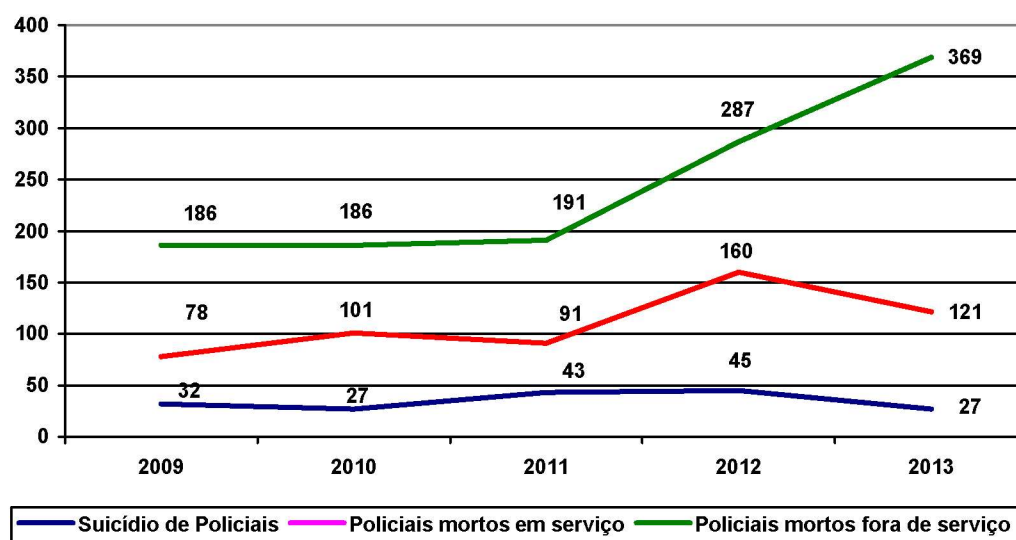
A atividade policial está voltada para a preservação da ordem pública, e se caracteriza pelo combate ao crime. Quando o Estado não consegue impedir a prática do ilícito, deve reprimi-lo, colhendo os elementos necessários para a propositura da ação penal. (ROSA, 2003).

A atividade policial está voltada para prevenção e defesa dos direitos de todos os cidadãos, mas também pode fazer uso legítimo da força em casos que se façam necessário, dentro das normas da lei. A crescente ocorrência da criminalidade por meio de homicídios, furtos, roubos, etc. tem feito com que o uso da força tenha sido cada vez mais freqüente na nossa sociedade. E a violência é ambígua, não só há o uso da violência por parte dos policiais, mas também a violência dos indivíduos com a instituição polícia. Os números que comprovam isso são alarmantes. Em 2013, 490 policiais tiveram mortes violentas e apenas 121 das vítimas foram mortas em serviço. Considerando os últimos cinco anos, o número total de mortes foi de 1.770 policiais, uma média de 354 mortes por ano,

número infinitamente maior se comparado ao Reino Unido, que raramente ultrapassam a média de oito mortes ano. Os dados brasileiros serão apresentados no gráfico 1.

Infelizmente o Brasil se destaca por ser um dos países em que os policiais mais morrem e mais matam. Um dado que chama a atenção é o fato dos policiais brasileiros morrerem três vezes mais fora de serviço, do que quando estão atuando.

GRÁFICO 1 – VITIMIZAÇÃO POLICIAL BRASIL – 2009–2013



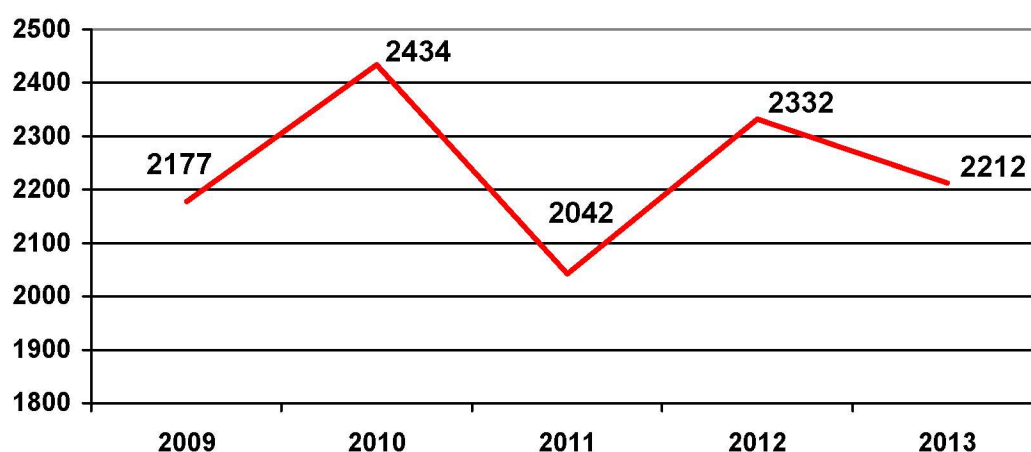
FONTE: (FORUM, 2014, p. 36)

Além dos chamados bicos, muitos policiais acabam morrendo por reagirem á assaltos, serem vítimas de vingança por parte de criminosos, e muitos são executados por facções criminosas (ALCADIPANI, 2013, p.38 – anuário).

Acredita-se que policiais tendam a perder a vida fora de serviço quando praticam “bicos” e estão sem o apoio de colegas. É fundamental melhorar as condições de remuneração dos policiais para que eles tenham menos necessidade de expor as suas vidas praticando “bicos”. (FORUM, 2014, p. 38).

Já o número de pessoas mortas por policiais em territórios brasileiros ao longo desses cinco anos, foi de 11.197 pessoas conforme demonstrado no gráfico 2, uma média de 2.239 mortes por ano. Seis vezes mais que a estatística policial. Esses números são alarmantes e assustadores. O número de pessoas mortas por policiais nesses últimos anos, equivale⁴, ao número de mortes cometidas por policias nos EUA em 30 anos. (FORUM, 2014, p. 5).

GRÁFICO 2 – LETALIZAÇÃO POLICIAL – BRASIL 2009-2013



FONTE: (FÓRUM, 2014, p. 42)

3.1.2 História da Segurança Pública no Brasil

A questão da segurança pública no Brasil, passou a ter maior notoriedade na década de 2000, a partir do conturbado caso da linha 174 no Rio de Janeiro, onde o desfecho trágico – por parte de erro da polícia a vítima acabou assassinada – fez com que as autoridades voltassem seus olhos ao problemático caso da violência que assola o Brasil.

Na época em questão, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) foi pensado para ação emergencial de compra de armamento e viaturas para o trabalho da polícia nas ruas. Houve algumas heranças desse período como o Plano de Ação Integrada e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (PIAPS), além de uma maior qualificação e cooperação policial. (FORTE, 2008. p. 581). No primeiro governo do então presidente Luis

⁴ Dados dos EUA: 11.090 pessoas, Brasil: 11.197 pessoas. (FÓRUM,2014).

Inácio Lula da Silva, houve a tentativa de viabilidade do Plano Nacional de Segurança Pública, porém o programa não decolou.

Em 2007 através da Medida Provisória (MP) 384, convertida na Lei 11.530/2007, houve a criação do maior programa de segurança pública com foco na redução da criminalidade da história brasileira: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania: o Pronasci.

O programa veio trazer uma nova esperança, a partir de mecanismos de avaliação local das políticas de segurança pública. Para Soares⁵ citado por Forte (2008) o programa tem por principal mérito

a superação de velhas e falsas dicotomias, tais como investimento social versus repressão; direitos humanos versus ação eficiente da polícia. ...quanto mais preventiva for a ação policial, tanto melhor, mas isso não se opõe ao combate ao crime pela polícia, uma vez que somente se asseguram os direitos fundamentais do Estado republicano se as leis forem cumpridas. (FORTE, 2008, p. 582).

Para o autor, o Pronasci ressalta a esperança de um tratamento mais humano e eficiente: “direitos humanos e eficiência policial não se opõem; prevenção e repressão qualificada não se opõem; valorização do papel dos municípios; segurança pública acima das disputas partidárias”. (FORTE, 2008. p. 582). O Pronasci tem o mérito de ser o primeiro programa a encarar de frente as arbitrariedades e deficiências da instituição “polícia”, além de reacender a esperança de uma sociedade vulnerável, e conceder a ela um mínimo de cidadania.

Para Rodrigues e Bueno⁶, (2013):

Já passou da hora de nossos governantes assumirem a letalidade e a vitimização policial enquanto um problema de política pública. A morte precisa ser compreendida como tabu, e não como resultado aceitável da política de segurança (FÓRUM, 2014. p. 43).

No capítulo 5 será apresentado o Pronasci, como principal meio de combate à criminalidade e preservação da ordem pública no Brasil.

⁵ Soares é ex-secretário Nacional de Segurança Pública no período de janeiro a outubro 2003.

⁶ Samira Bueno é diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e doutoranda da EAESP/FGV. Beatriz Rodrigues é cientista-social e pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

3.2 POLÍTICA SOCIAL

Nossa realidade hoje advém de uma herança recebida desde nosso período de colonização, pautada principalmente na desigualdade social. Nossa pobreza não está somente relacionada à nossa herança histórica, mas também pela falta ao acesso igualitário à educação de qualidade, uma política fiscal injusta, baixos salários e o acesso precário a itens básicos como saúde, transporte público e saneamento básico. (CRISÓSTOMO e ALVES, 2013, p. 2).

Toda vez que um delito passa a ocorrer com maior frequência ou de alguma forma atinge um patamar privilegiado da sociedade - a chamada classe A - atenções são voltadas àquela ação. Muito se fala do aumento de penas, da redução da maioria penal, diminuição de garantias por partes dos infratores, do aumento do policiamento nas ruas, ou seja, o povo clama por mais segurança. Todas essas ações por parte do Estado causam uma *sensação* de segurança, mas não a segurança de fato, pois antes de praticar um determinado delito, o infrator não pensa à que punição está sujeito, ou à quem estará fazendo mal, pois, certamente sabe que haverá um meio de consumir seus atos de violência, independente do número de policiais que estejam na ativa, ou seja, nas ruas.

De que forma acabar? O aumento de punição e a repressão seriam os fatores chave? Trabalhando somente nos efeitos dos problemas e não a causa em si? Há a necessidade da integração dos excluídos à sociedade e a alimentação da sociedade por cultura, por educação e acolhimento por parte de outros cidadãos. Saporì “considera que trabalhar com perspectivas sociais diretamente nas cidades é um grande avanço na forma de trabalhar essas medidas de segurança pública.” (GOMES, 2013, p.1).

Pensando nisso, o governo agregou políticas de repressão e políticas sociais de forma à atacar uma das raízes do problema: a pobreza. Os programas prevêm uma bolsa complementar de renda, de forma que por um lado estimulem os participantes e de outra venha a complementar a renda doméstica. É importante lembrar que os programas de prevenção social demoram a apresentar resultados, pois exigem mudança das condições de vida ou das relações interpessoais do público-alvo.

3.3 POLÍTICAS IDEAIS PARA ACABAR COM A CRIMINALIDADE

Nesta seção serão desenvolvidos os principais pontos que devem ser trabalhados pelas políticas de combate a criminalidade para que sejam eficientes e ocasionem o efeito esperado. Para isto, serão utilizadas como base; explicações e abordagens que expõem políticas desde aquelas que combinam fatores de redução das desigualdades sociais, pobreza e educação, até questões como o enfrentamento ao tráfico de drogas e a fragilidade do sistema de justiça criminal. Estas exposições têm por finalidade, citar alternativas para reduzir os índices de criminalidade e violência através de políticas públicas.

3.3.1 Redução das desigualdades sociais e a pobreza

Para Crisóstomo e Alves (2013), nossa realidade de hoje é reflexo de um passado construído e pautado na desigualdade social. Segundo dados da Central de Inteligência Americana (CIA) o coeficiente de Gíni, índice que mede a concentração de renda, foi de 0,519 no Brasil em 2012, o número varia de 0 a 1 e quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade na distribuição de renda do país.

Outro índice que pode demonstrar o problema social que o país enfrenta é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o conceito de IDH pode ser entendido como uma medida resumida do progresso ao longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. (CHEDIEK, PERAL e BAIONI, 2010). Segundo o ranking global de 2012 do PNUD, o Brasil ocupou a 85ª posição com um IDH de 0,730, mesmo o país tendo a sétima maior economia do mundo. Ou seja, mesmo com um crescimento de mais de 32% na última década segundo dados do IBGE, a melhoria na qualidade de vida da população não teve o mesmo ritmo de aceleração, isto mostra que somente o crescimento econômico ocorrido não gera melhorias na redução das disparidades sociais e econômicas, mas sim um conjunto de políticas públicas aliadas. (CHEDIEK, PERAL e BAIONI, 2010).

De acordo com Medeiros (2003) um dos meios de melhorar a distribuição de renda no país é reduzir a grande disparidade no nível educacional, onde indivíduos pobres possuem um menor grau de escolarização. Segundo o autor, a

acumulação de capital humano é o principal fator determinante da desigualdade de renda, pois à medida que as oportunidades educacionais forem melhor distribuídas para a população - principalmente entre a população mais pobre - a concentração dos rendimentos deverá se reduzir. Pessoas com um grau maior de instrução terão melhores possibilidades no mercado de trabalho, empregos mais qualificados com salários maiores, e o mercado terá mais mão de obra qualificada disponível. (MEDEIROS, 2003).

As políticas públicas relacionadas à educação têm papel fundamental em relação às crianças e jovens, pois segundo Vergara (2002), tem o poder de transmitir alguns valores sociais essenciais na construção da personalidade do jovem. Além do propósito principal que é a educação, têm por objetivo secundário, tirá-los da rua - principalmente aqueles que vivem nas regiões mais carentes, onde o ambiente torna-se propício a continuarem no “ciclo vicioso da pobreza”.

3.3.2 Combate ao tráfico de drogas

Segundo Saporì (2012), a consolidação do tráfico de drogas, com destaque para o crack, nas comunidades periféricas e estruturado em redes de pontos de comercialização de drogas, viabilizou a inserção crescente de jovens no ciclo vicioso da criminalidade e da violência. Diante de tais circunstâncias, se faz necessária a implantação de medidas preventivas para contrapor essa situação. Além das políticas repressivas de combate ao narcotráfico, ao crime organizado, das operações policiais em áreas de tráfico e fronteira, é importante a preservação da família, “célula mãe” da sociedade, que merece a proteção constante do Estado e que tem sido uma das principais vítimas do descompasso contemporâneo que tem levado muitos jovens de todas as classes sociais, - com maior ênfase da parcela empobrecida da população - a buscar na droga a saída para todos os problemas. Por isso merecem uma atenção especial das políticas públicas no combate à criminalidade e as drogas.

De acordo com Francisquinho e Freitas (2008), quando a sociedade já pode observar no jovem os desvios causados pelo uso ou tráfico de drogas, a família já está quase destruída. Para mudar esta realidade, os autores acreditam que Instituições como as escolas e as Igrejas podem ser alternativas de

prevenção e recuperação, para isso, o município deve atuar na construção de políticas públicas que promovam a parceria com tais entidades no intuito de criar condições para que o jovem sinta-se atraído pelas propostas criadas por estas ações conjuntas. A necessidade de criação de um órgão ou secretaria, em nível municipal, pois o município é, dos entes federados, o mais próximo à realidade social, específico para o atendimento de usuários de drogas, que direcionaria o trabalho também juntamente às associações de bairros para a implementação de projetos que representem as necessidades da população. A presença do Governo do Estado e Federal se daria através da disponibilização de verba para implementar estes projetos. (FRANCISQUINHO e FREITAS, 2008),

O envolvimento da sociedade poderia se dar por meio de parcerias com universidades públicas e privadas, oportunizando estágio, com a supervisão de profissionais qualificados que atuariam de forma integrada às necessidades de cada comunidade, ministrando palestras, promovendo eventos culturais e científicos de modo a envolver os jovens e suas famílias. O município em parceria com o Estado e União deveria investir em campanhas específicas com desenhos, jogos, criando personagens infantis, heróis que combatam a droga, e que esta seja o vilão da história visando alcançar o público infantil, mostrando a transformação que as drogas causam no caráter da pessoa, tornando-a sujeita a seguir um caminho do mal, tal proposta visaria alcançar as crianças ainda em sua formação.

Nestes projetos, a avaliação deveria ser constante, promovida pelo Município assim como pelo Estado, a fim de verificar o alcance e os resultados obtidos para identificar a necessidade de continuidade e de novas intervenções. As cargas horárias da escola deveriam ser aumentadas para o período integral desde o ensino fundamental. Outro projeto seria a implantação pelo Estado, em parceria com o Município, de um projeto de integração entre pais e filhos, coordenado por orientadores educacionais de estabelecimentos de ensino. A programação incluiria palestras, inclusive sobre prevenção às drogas, atividades de lazer, cultura e outras atividades em praças ou locais próximos às residências dos pais para reunir as famílias vizinhas. A atuação do Poder Público em parceria com a sociedade com ações específicas de resgate dos jovens envolvidos no mundo das drogas e do crime poderia mudar o cenário atual para uma nova realidade com perspectivas promissoras de transformação da sociedade e do

indivíduo. Por meio de tais programas sensibilizar uma consciência de responsabilidade, fazendo com que os jovens sintam-se úteis à sociedade, ocupando seu tempo livre em tarefas direcionadas a orientá-los na boa conduta e com isso desviando-os das mãos dos traficantes e dos vícios em geral. (FRANCISQUINHO e FREITAS, 2008. p. 51),

3.3.3 Investigação criminal

Para Francisquinho & Freitas (2008), a investigação criminal é essencial para a elucidação de crimes e para o combate ao tráfico de drogas, portanto, é necessário que se invista maciçamente nas Polícias Civis, e na Polícia Federal, principalmente na questão concernente ao aumento de pessoal e melhoria dos equipamentos. Pois com isto, seria possível uma melhora na prestação de seus serviços, aumentando deste modo o índice de elucidações de crimes, reduzindo assim a sensação de impunidade e certamente com a atuação mais conexa com a realidade, ocorreria significativa mudança no número de crimes cometidos na região com efetiva diminuição da criminalidade.

Ainda de acordo com Francisquinho & Freitas (2008), além da investigação das grandes facções criminosas, e a prisão dos grandes traficantes, a prisão dos pequenos traficantes também deve ser priorizada, uma vez que estes são os responsáveis diretos pela morte de usuários devedores de drogas.

Porém, para que a investigação criminal possa ter um efeito concreto na redução da criminalidade é de suma importância que se combata a impunidade criminal, que de acordo com Carvalho Filho pode ser entendida como:

Do ponto de vista político, o significado é mais amplo. Fala-se em impunidade não apenas quando se verifica a incapacidade ou a falta de disposição de o Estado fazer prevalecer a punição estabelecida, mas também quando a própria lei e/ou o magistrado que a aplica são considerados benevolentes para com determinado ato criminoso. (CARVALHO FILHO, 2004, p. 1)

De acordo com ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage em entrevista para a Agência Brasil, não adianta tão somente prender mais criminosos, faz-se necessário que a lei seja cumprida a rigor, bem como, que ocorra uma reforma das leis processuais, com a redução dos recursos,

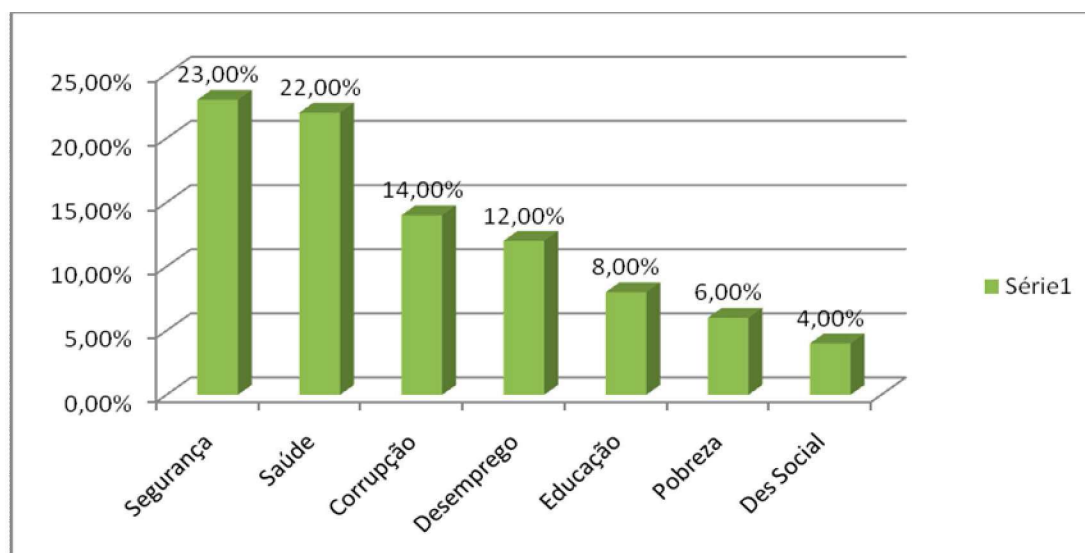
que impedem que muitos criminosos sejam apenados. Deste modo a maior elucidação dos crimes poderia gerar efeitos sobre a criminalidade, pois os criminosos, principalmente os de melhor poder aquisitivo, após serem investigados não ficariam impunes em relação aos seus crimes.

4 ESTATÍSTICAS DE CRIMES NO BRASIL

A cada 10 minutos, uma pessoa é assassinada no país. (FÓRUM, 2014, p. 6). Essa é uma realidade apresentada pelo Ministério da Saúde/DATASUS, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014. A estatística é preocupante. Dados recentes mostram o número crescente a cada ano, de vítimas de homicídios. Somente no ano passado 53.646 pessoas foram assassinadas no país, este número aumentou 1,1% em comparação ao ano de 2012.

Em uma pesquisa divulgada no fim de dezembro de 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) - na qual aproximadamente 3,7 mil pessoas foram entrevistadas -, a segurança foi apontada por 23% dos entrevistados, como o maior problema enfrentado atualmente no país. Em seguida veio a saúde com 22,3, e a corrupção, 13,7%. Na pesquisa ainda aparecem o desemprego (12,4%), a educação (8%), a pobreza (6,1%) e as desigualdades sociais (5,8%).

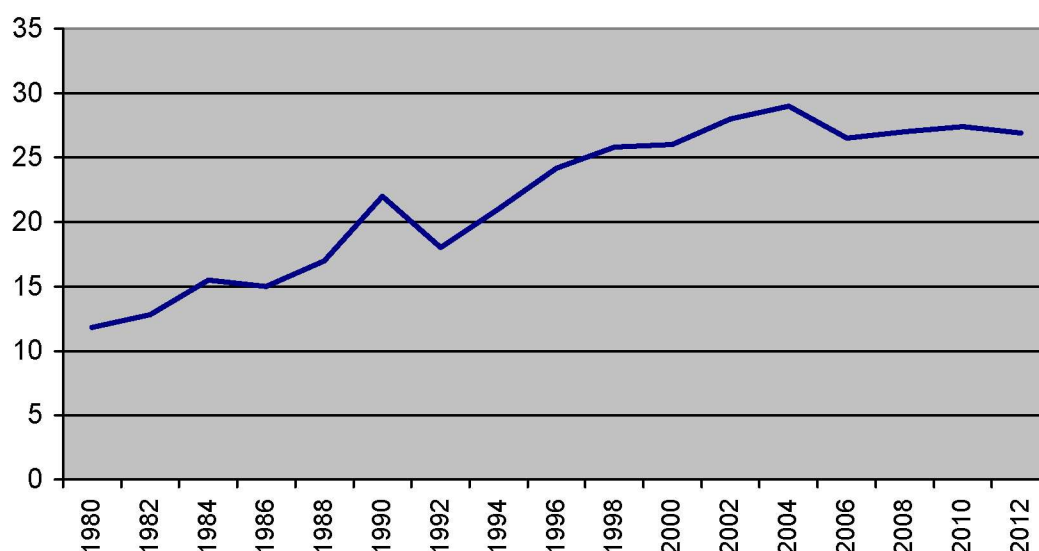
GRÁFICO 3 – PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SOBRE OS PROBLEMAS NO PAÍS



FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados divulgados pelo IPEA (2013).

Desde a década de 1980, quando os números das mortalidades passaram a ser compilados nacionalmente pelo Ministério da Saúde (MS), os números têm aumentado vertiginosamente ao longo dos anos, até o ano 2002. A partir dessa data houve uma notável queda nesses números, conforme números apresentados no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – NÚMEROS DE HOMICÍDIOS: 1980-2012



FONTE: IPEA (2013) Adaptado pelo autor

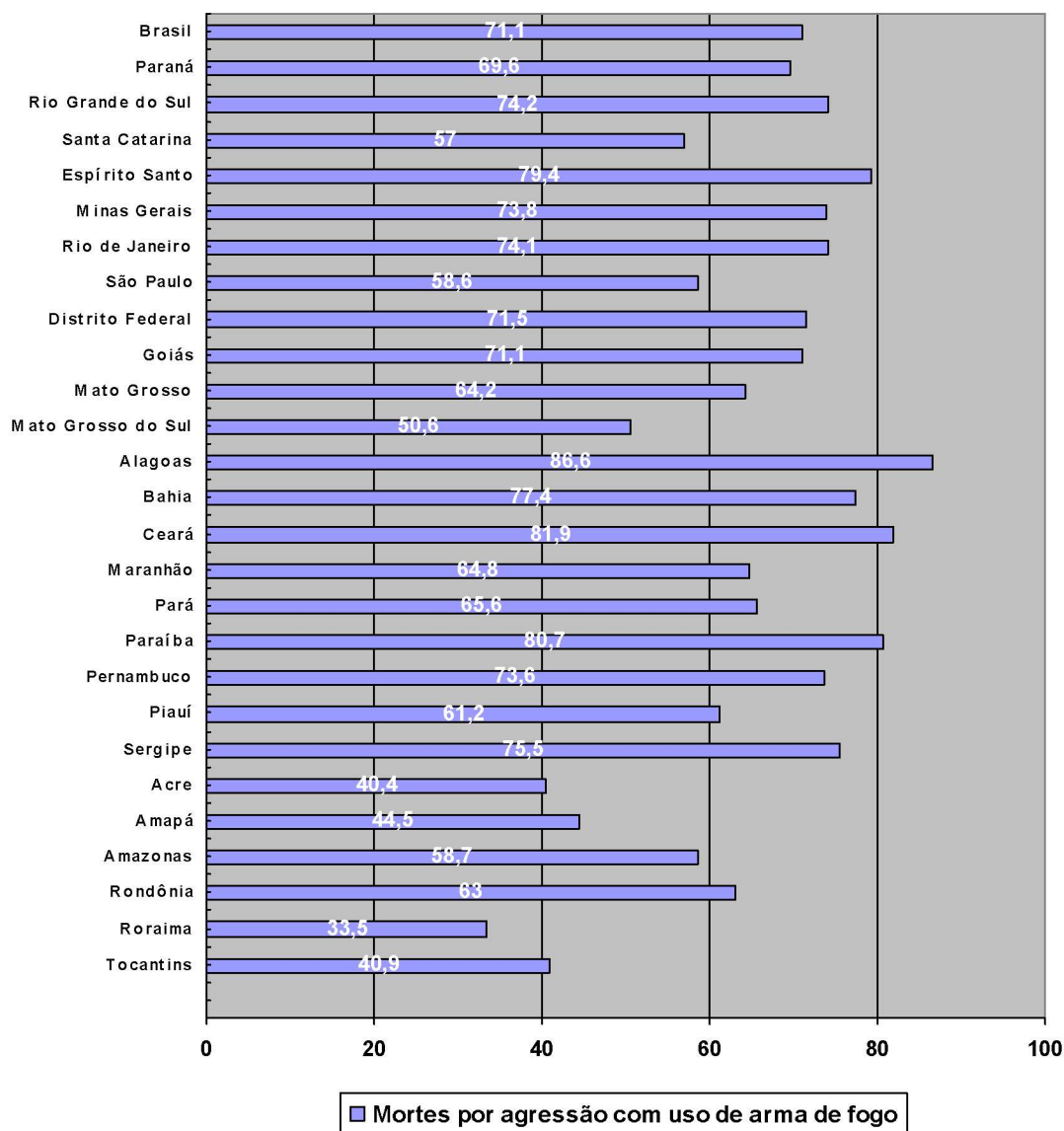
A violência e a criminalidade no Brasil, tiveram influência para mudanças nos seus índices através de transformações socioeconômicas e demográficas, além das políticas públicas de segurança. Nos anos 2000, houve crescimento do PIB *per capita* em aproximadamente 26,4%, a criação de empregos formais: nos anos 1990 havia 657 mil brasileiros trabalhando com carteira assinada, já em 2010, o número quase triplicou para 1,9 milhão de pessoas. Houve também notável queda na diferença de concentração de renda, onde a proporção da diferença entre os ricos e pobres, caiu cerca de 31%. Em seis anos, entre 2003 e 2009, aproximadamente 19,5 milhões de pessoas abandonaram o status de pobreza e passaram a integrar a chamada classe média. Todos esses fatores contribuíram para a redução da criminalidade. (IPEA, 2013, p. 879).

A questão das políticas públicas de segurança também passou a ter maior notoriedade ao governo, promovendo maiores investimentos na área. O número de policiais e guardas municipais também foi ampliado.

Um fator de grande importância foi a Sanção do Estatuto do desarmamento em 2003. A grande mobilização para o desarmamento fez com que milhares de armas de fogo deixassem de circular na mão dos civis, promovendo a queda no número de homicídios registrados. A arma de fogo, apesar de proibida, é hoje um dos principais meios de violência e causas de mortes intencionais, conforme mostra o gráfico 5. O estado de Alagoas possui o

maior percentual de mortes causadas por arma de fogo com 86,6%. Em contrapartida o estado que obteve o menor percentual foi o estado de Roraima com 33,5%, o que não quer dizer necessariamente que são os estados mais e menos violentos respectivamente. A média brasileira ficou em 71,1% de mortes por uso da arma de fogo.

GRÁFICO 5 – VIOLÊNCIA ARMADA BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013



Fonte: Ministério da Saúde/ Datasus; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Elaboração do autor

Outro ponto interessante para ser levantado foi a mudança da criminalidade em relação as macro-regiões, de 2000 a 2010 houve mudanças significativas nas taxas de homicídios.

A tabela 5 apresenta a taxa de homicídios por 100 mil habitantes das cinco regiões brasileiras, entre os anos de 2000 e 2010. A única região que apresentou melhora nos índices e reduziu o número de homicídios foi a Sudeste, com redução de 43,8%, em compensação a região Norte duplicou a sua taxa e obteve um aumento de 104%.

TABELA 5 – TAXA DE HOMICÍDIOS POR GRANDES REGIÕES 2000-2010

	Homicídios por 100 mil habitantes (2000)	Homicídios por 100 mil habitantes (2010)	Variação 2000-2010 %
Norte	18,6	38,0	104,0
Nordeste	19,3	35,6	84,2
Sudeste	36,6	20,5	-43,8
Sul	15,3	23,7	54,3
Centro-Oeste	29,4	31,2	6,3
Brasil	26,7	27,4	2,6

FONTE: (IPEA, 2013, 881).

A tabela acima é compatível com os dados apresentados no quadro 1, que mostram que nos últimos anos, apesar de esforços do governo, o número de homicídios⁷. voltou a crescer, mesmo com a implantação do maior programa de segurança pública brasileira: o Pronasci.

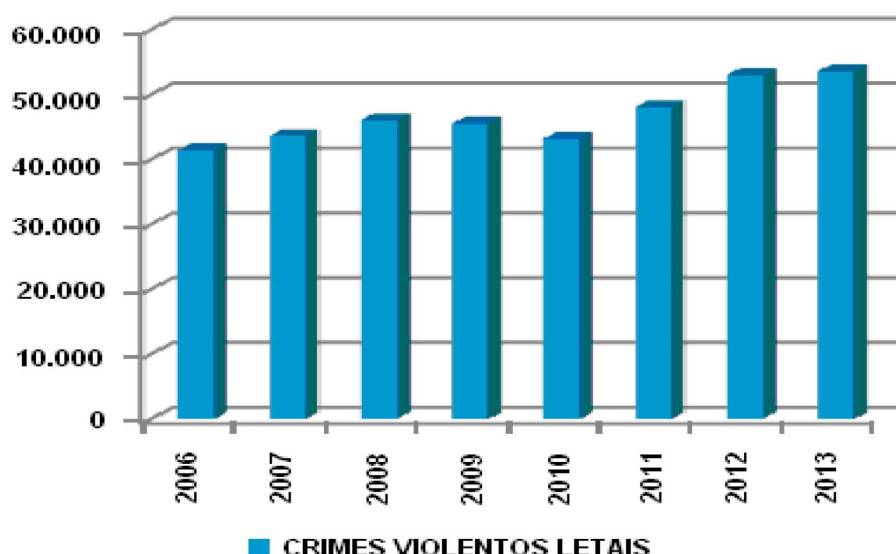
TABELA 6 – CRIMES VIOLENTOS LETAIS ENTRE 2006 E 2013

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crimes	41.472	43.638	46.090	45.599	43.272	48.084	53.054	53.646

FONTE: (FÓRUM, 2013, p. 42).

⁷ Os homicídios estão relatados dentro das estatísticas de crimes letais violentos, assim como, latrocínios, mortas a esclarecer, etc.

GRÁFICO 6 – CRIMES VIOLENTOS LETAIS ENTRE 2006 E 2013



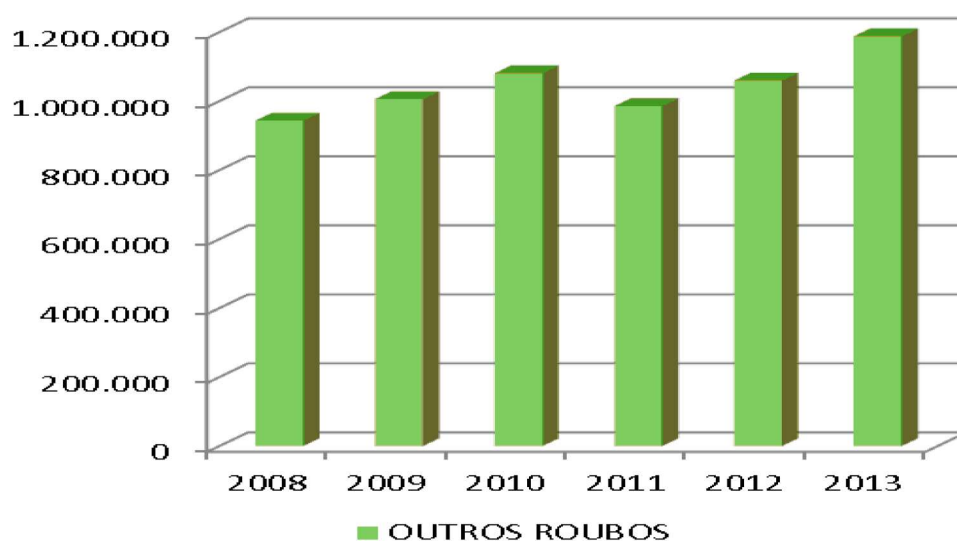
FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013.

Mas não somente os homicídios que relatam a nossa criminalidade, infelizmente a ocorrência de danos ao patrimônio, dados ligados ao tráfico de drogas, estupro, roubos, etc. fazem por marcar a triste onda de violência que assola o país. Somente no ano de 2013 foram registrados quase 51 mil casos de estupro no Brasil, “contabilizando” quase o mesmo número em 2012, porém é interessante notar, que somente 35% das vítimas de estupro fazem queixa na delegacia – seja por medo ou por vergonha -, ou seja, no final podemos ter mais de 143 mil estupro ocorridos no ano anterior.

Outro dado alarmante, trata-se do número de roubos⁸ que cresce a cada ano.

⁸ Roubos neste presente trabalho incluem roubos a instituições financeiras, roubos de veículos, roubo de cargas e outros roubos (como roubos à domicílios, roubos a pedestres, etc).

GRÁFICO 7 – CASOS DE ROUBOS



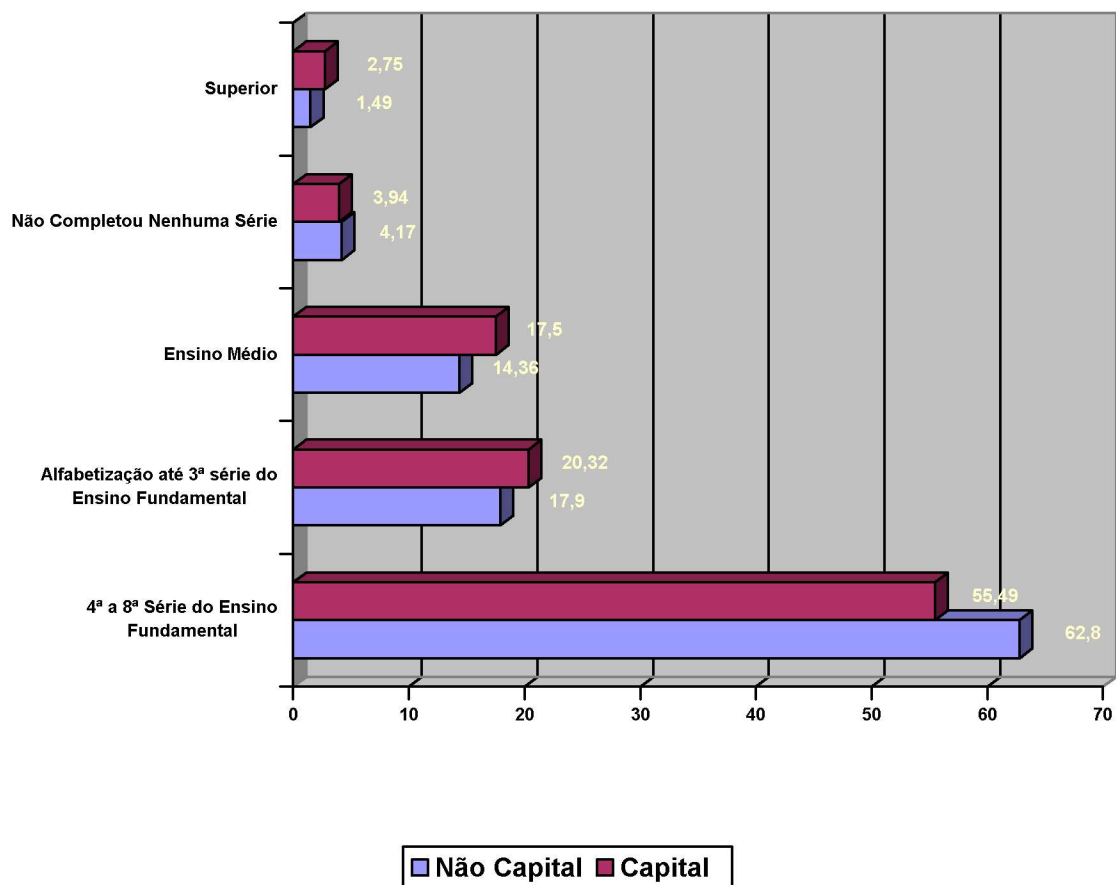
FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013.

No ano de 2007 ocorreram 943.548 roubos, já em 2013 foram quase 21% a mais de casos, com 1.188.245 registros. Só em roubos a instituições financeiras (o que inclui assaltos a carros fortes e explosões de caixas eletrônicos) foram 1.748 e roubo a carros há registros de 228.800 veículos.

Outro dado ligado as estatísticas da violência e criminalidade é o tráfico de drogas. O comércio ilegal movimenta bilhões ao longo do ano informalmente, criminalizando os indivíduos que fazem parte deste meio.

A desigualdade social, como já comentado no início do trabalho, tende a ser fator precursor para os jovens, no caminho das drogas. O crack, hoje droga mais popular entre os viciados, se tornou um verdadeiro inimigo do governo no combate as drogas. O gráfico 8 apresenta a escolaridade:

GRAFICO 8 - ESCOLARIDADE DOS VICIADOS EM CRACK/OU SIMILARES



FONTE: (FIOCRUZ, 2014, p. 53)

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack, desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) verificou-se que quase metade dos usuários de crack e/ou similares (48,80%) já havia sido presa pelo menos uma vez na vida por diversos motivos, conforme apresenta a tabela abaixo. O que nos comprova o infeliz elo do tráfico com a criminalidade.

TABELA 7 – DETENÇÃO NO ÚLTIMO ANO ENTRE OS USUÁRIOS DE CRACK E/OU SIMILARES, POR GRUPO DE MUNICÍPIOS, 2012.

	Brasil			Capital			Não capital		
	%	IC95%		%	IC95%		%	IC95%	
		Inferior			Inferior			Inferior	
		Superior			Superior			Superior	
Detenção ultimo ano									
Sim	41,63	37,69	45,69	44,01	39,86	48,26	36,57	28,34	45,66
Não	58,37	54,31	62,31	55,99	51,74	60,14	63,43	53,34	71,66
Motivo de Detenção no último ano , dentre detidos									
Uso ou posse de droga	30,97	27,46	34,72	30,13	26,01	34,60	33,10	27,20	39,60
Roubo	20,40	17,08	24,17	21,42	17,29	26,22	17,79	13,45	23,15
Furto, fraude, invasão do.	19,43	16,25	23,06	16,55	13,75	19,80	26,78	19,31	35,85
Agressão/ viol. Domestica	13,95	10,59	18,16	12,88	9,58	17,09	16,70	9,78	27,04
Outro motivo	13,61	10,57	17,36	15,10	11,40	19,73	9,80	5,90	15,85
Tráfico	11,36	9,13	14,06	10,18	7,67	13,37	14,39	10,69	19,10
Homicídio	4,56	3,33	6,20	4,73	3,32	6,70	4,11	2,09	7,94
Prostituição/ cafetinagem	1,71	0,92	3,16	1,82	0,84	3,90	1,43	0,63	3,21
Violação da condicional	0,64	0,23	1,78	0,38	0,20	0,74	1,28	0,24	6,55

FONTE: (FIOCRUZ, 2014. p, 66).

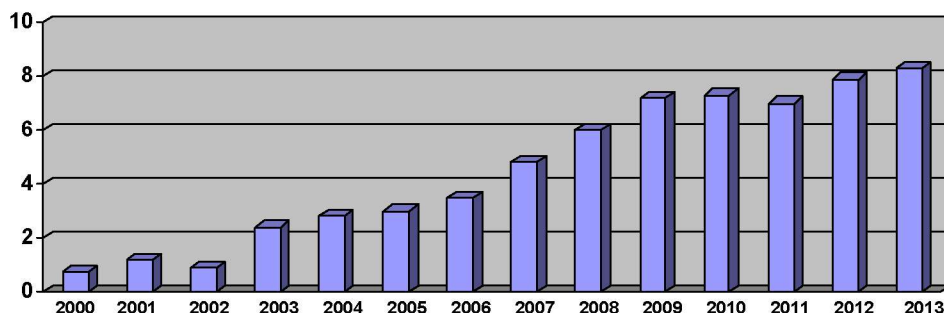
Somente em 2013, foram 269.400 registros de pessoas presas que utilizaram ou faziam posse de drogas.

Com base nestes dados ligados a violência e criminalidade, passamos a olhar com outros olhos as condições dos presídios brasileiros. Há muito mais criminosos do que o estado pode comportar. Com a super lotação dos presídios o estado não trabalha de maneira correta com o preso no seu período dentro da penitenciária. É cada vez mais difícil promover a reabilitação do cidadão preso. O déficit de vagas e presos no Brasil em 2013 foi de 1,7 presos. Além do alto custo investido e que teoricamente deveriam trazer como retorno a reabilitação e renovação moral do indivíduo. (FÓRUM, 2014).

4.1 DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

O gráfico 9 apresenta o crescente aumento de investimentos na área de segurança públicas entre os anos 2000 e 2013. De 2000 à 2013 os investimentos da União passaram de 1 bilhão para mais de 8 bilhões no período.

GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA (em bilhões)



FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2007, 2013 e 2014.

O gráfico acima demonstra os investimentos realizados pela união em segurança pública no período de 2000 a 2013 em bilhões de reais. Nota-se que a partir de 2003 os investimentos na área são crescentes, passou de algo em torno de 750 milhões de reais para 8,27 bilhões de reais em 13 anos.

TABELA 8 - TOTAL GASTO COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA PELA UNIÃO

Função	Policiamento	Defesa Civil	Inteligência	Outros	Total
2006	591.022.984,66	223.505.060,96	67.309.775,66	2.567.784.314,71	3.449.622.135,99
2007	1.107.526.209,75	502.616.410,14	130.644.571,37	3.014.593.903,58	4.755.381.094,84
2008	1.024.246.000,00	898.156.000,00	90.928.000,00	3.964.744.000,00	5.978.074.000,00
2009	603.112.000,00	1.841.056.000,00	109.706.000,00	4.732.765.000,00	7.286.639.000,00
2010	453.838.474,90	1.928.736.558,02	90.736.851,48	4.821.984.089,28	7.295.295.973,68
2011	786.026.382,18	1.177.032.942,61	83.042.583,55	4.904.430.236,05	6.950.532.144,39
2012	1.428.125.595,04	1.500.238.482,92	327.731.991,85	4.622.419.283,18	7.878.515.352,99
2013	1.660.117.484,47	1.425.585.185,72	484.549.796,29	4.700.650.743,44	8.270.903.209,92

FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados do Portal da Transparência e Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013.

O quadro acima demonstra o total gasto pela União entre 2006 e 2013, discriminando o valor empenhado nas funções policiamento, defesa civil, inteligência e outros.

TABELA 9 - TOTAL DE GASTOS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA UF E MUNICÍPIOS

Função	Policiamento	Defesa Civil	Inteligência	Outros	Total
2006	8.260.617.506,15	350.570.024,98	49.270.306,06	18.714.006.090,56	27.374.463.927,75
2007	9.137.018.767,87	418.085.315,20	74.392.257,51	20.487.897.546,22	30.117.393.886,80
2008	12.734.534.494,36	670.345.643,34	245.463.894,48	19.891.835.627,20	33.551.179.659,38
2009	14.784.534.560,77	947.684.309,22	322.820.483,33	22.286.694.430,84	38.341.733.784,16
2010	13.199.690.490,90	18.591.783.723,58	90.736.851,48	28.591.017.275,35	45.198.202.206,35
2011	18.909.065.852,31	2.152.301.140,57	494.087.819,55	31.198.435.323,42	52.753.890.135,85
2012	17.557.948.076,05	2.569.170.681,84	880.055.365,26	31.777.893.607,25	52.785.067.730,40
2013	18.923.816.363,85	2.569.584.027,86	1.119.419.569,84	32.337.815.038,52	54.950.635.000,07

FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados do Portal da Transparência e Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013.

A tabela acima demonstra o total gasto pelos estados e municípios entre 2006 e 2013, discriminando o valor empenhado nas funções policiamento, defesa civil, inteligência e outros.

No período de 2000 a 2013 os gastos com segurança pública aumentaram de aproximadamente 30,8 bilhões para aproximadamente 63,2 bilhões, ou seja, mais que dobraram.

TABELA 10 - DESPESA *PER CAPITA* REALIZADA COM FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
UF	162,23	184,19	208,47	238,29	236,94	274,22	272,12	286,17
União	18,55	25,12	31,52	38,05	38,24	36,12	40,61	41,14

FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados do Portal da Transparência, Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 e IBGE 2012.

A tabela 10 mostra os gastos *per capita* com a função segurança pública realizados pela união e pelas outras unidades da federação, estados e municípios no período entre 2006 e 2013. Os gastos totais no setor aumentaram quase 80% mesmo considerando-se o aumento populacional. Somente os gastos da união aumentaram mais de 120% no mesmo período.

TABELA 11 – GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PIB 2012-2013

	2012	2013
União	7.878.515.352,99	8.270.903.209,92
UF e Municípios	52.785.067.730,40	54.950.635.000,07
Total	60.663.583.083,39	63.221.538.209,99
% em relação ao PIB	1,37	1,30

FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados do Portal da Transparência e Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013.

Na tabela 11 pode-se observar que os gastos no setor frente ao PIB, houve uma pequena redução no período de 2012 a 2013 em relação aos gastos totais do setor.

TABELA 12 – GASTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PIB – PAÍSES SELECIONADOS 2012

Países	% em relação ao PIB	nº. abs. homicídios	Taxa homicídios
União Européia- 27 países	1,30	5.539	1,1
França	1,38	665	1,0
Alemanha	1,06	662	0,8
Reino Unido	1,56	653	1,0
Brasil	1,37	50.806	25,2
Chile	0,80	550	3,1
Guatemala	0,70	6.025	39,9
Eua	1,02	14.827	4,7

FONTE: Elaborado pelo autor, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013.

As tabelas apresentadas mostram a comparação dos gastos totais em segurança pública do Brasil e de alguns países selecionados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os gastos brasileiros na função segurança pública em relação ao PIB estão comparáveis os de países desenvolvidos, está maior que o dos Estados Unidos e União Européia, praticamente igual ao Francês e somente abaixo do Reino Unido.

Estima-se que o custo social da violência no Brasil foi de aproximadamente 192 bilhões de reais em 2013. Destes quais 3 bilhões com o sistema de saúde público, 114 bilhões com perdas de capital humano, 39 bilhões em segurança privada e 36 bilhões em seguros. (FÓRUM, 2014).

Com base nas tabelas acima, verifica-se que houve um aumento de mais de 8 vezes nos gastos de segurança pública no país. Entre os anos de 2006 a 2013, período no qual conseguiu desmembrar-se os gastos, os investimentos em policiamento aumentaram 3 vezes no governo federal e dobraram entre os estados e municípios. Os outros gastos ou gastos diversos quase dobraram de valor no período analisado.

Em referência a sigla outros gastos do governo federal no 2006, conforme dados retirados do portal da transparência do governo federal, foram destinados aproximadamente 1,85 milhões de reais em fiscalização nas rodovias federais e regiões de fronteira, já em 2013 foram gastos mais de 75 milhões de reais. Nos programas de combate e prevenção às drogas, como exemplo, o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), em 2006 foram gastos aproximadamente 24 milhões de reais, já em 2013 foram gastos aproximadamente 229 milhões de reais. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, sem ano).

5 PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA PRONASCI

Neste capítulo será apresentado o Pronasci. O Programa será exposto desde a sua idealização até seus principais mecanismos, objetivos e projetos. Também serão demonstrados neste capítulo, os investimentos realizados de 2007 à 2013, as principais dificuldades enfrentadas e um diagnóstico realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Para Beato e Peixoto (2005), as políticas públicas voltadas à redução da criminalidade e da violência devem ser elaboradas de acordo com a realidade local, de modo a alocar recursos com mais precisão. Para que tais políticas tenham efeito, é necessário um engajamento da comunidade nos programas e projetos juntamente as esferas do governo. A forma como os recursos serão aplicados numa certa localidade é muito importante para que sejam conhecidos os pontos que deverão ser sanados com o programa de modo a alcançar os resultados.

Diversas políticas sociais e de segurança pública não analisam especificamente a população que será atingida pelo programa social e por isso não alcançam os seus objetivos. Para que sejam escolhidas as melhores políticas para uma determinada localidade é necessário que sejam expostos com clareza os fatores que contribuem com a criminalidade. (BEATO e PEIXOTO, 2005).

No artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, que trata da segurança pública, os estados, municípios e o governo federal possuem diferentes competências em relação à segurança pública. Para Arrecthe (2000), esta divisão de competências torna as políticas voltas à área mais complexas, necessitando, portanto, de uma grande articulação entre os entes da federação, bem como das esferas de poder. Porém, quando os programas do governo federal são descentralizados, eles delegam tão somente algumas responsabilidades aos outros entes da federação quando o certo seria delegar o papel decisório para eles. Arrecthe (2000), ainda cita a demora no alcance de resultados pelos programas voltados às áreas sociais, pois estes programas para gerar resultados necessitam modificar as relações interpessoais dos indivíduos, bem como o cenário onde estão inseridos.

De acordo com Sousa (2009) *apud* Lopez (2009) a partir desta necessidade de maior articulação entre os entes do governo, que surgiu a idéia do Pronasci. Um programa que uniria os governos federal, estadual e municipal, e que difundiria um novo modo de combate a criminalidade, com um enfoque mais social, que visaria além da repressão também as questões de prevenção.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi desenvolvido pelo Ministério da Justiça e criado pela Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Segundo Lopez (2009) citado por Sousa (2009) o programa utilizou como uma das iniciativas a cultura de paz, algo inédito no enfrentamento à criminalidade no país. O Pronasci destinou-se, portanto, à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios. As ações levaram em conta as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Segundo o portal do Ministério da Justiça, para o desenvolvimento do Programa, o governo federal previra destinar investimentos totais de R\$ 6.707 bilhões até o final do ano de 2012.

Segundo Sousa (2009), para um dos mentores e executores do Pronasci, o consultor do Banco Mundial Hélio Ricardo Machado Lopez, somente a repressão à criminalidade abrangeria todo o fenômeno que a criminalidade e a violência percorrem no trajeto social. Para ele a principal proposta do Pronasci foi a quebra de paradigmas, ou seja, além da repressão, do armamento, do equipamento e aparelhamento dos policiais, trataria também das questões sociais - com projetos sociais que seriam vinculados e interfeririam direta ou indiretamente na violência – que para ele são essenciais.

O ministro da Justiça, Tarso Genro nos pediu um projeto que trabalhasse educação, cultura, lazer, integrado com a repressão policial. E foi daí que surgiu o Pronasci, que trata a questão da violência como sendo um problema de responsabilidade de todos: da União, dos estados, dos municípios e da sociedade. Um problema da magnitude e da complexidade que a criminalidade se tornou no nosso país, portanto não há como se combater a criminalidade de forma isolada. (LOPEZ, 2009 *apud* SOUSA, 2009).

Dentro de sua concepção inicial, o programa tinha por objetivo articular políticas de segurança com ações sociais, priorizar a prevenção e atingir as causas da violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e

repressão, a superação da dicotomia repressão e prevenção, que seria combatida com um novo conceito chamado Segurança Cidadã, que segundo Freire (2009), pode ser entendido como um conceito que trata da natureza multicausal da violência, atuando tanto nas esferas de controle quanto na prevenção, utilizando-se de políticas integradas entre o governo e a comunidade local. Para Freire (2009), agindo desta forma, uma Política de segurança cidadã poderá conhecer as causas da violência e a complexidade de suas manifestações, podendo agir de modo global e eficiente na solução deste problema, pois este conceito propõe uma abordagem multidisciplinar, na qual as políticas públicas compostas por diversos setores seriam implementadas de forma integrada, com foco na prevenção da violência, ou seja, não deveriam contar apenas com a atuação das instituições de segurança pública, sendo necessário também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, lazer, cultura e todos os tipos de projetos que possam resgatar a cidadania dos agentes envolvidos.

Segundo o ex- ministro Tarso Genro, com a quebra desse paradigma, o contexto da criminalidade passaria de ser somente repressão para ser também de prevenção. E na prevenção entrariam os projetos sociais que seriam inseridos através da educação, da cultura, do esporte, do lazer e de espaços que passariam a ser restaurados dentro da própria sociedade, isso faria com que indiretamente os índices de criminalidade diminuíssem. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009).

Lopez (2009) *apud* Sousa (2009) ressaltou que a implantação do programa foi uma experiência pioneira, inovadora e que conseguiu criar um aparato institucional que até então não havia sido visto. Na fase de elaboração do programa, segundo ele, foram realizados mais de 70 colóquios só em Brasília, no qual foram convocadas todas as entidades sociais, organizações civis públicas (OCIPS) e organizações não governamentais (ONGs), que tinham serviços prestados à comunidade, principalmente na área social, para dar seu depoimento e contribuir com todas as suas ações, principalmente com o conhecimento que tinham desenvolvido. Portanto o planejamento estratégico foi realizado com a participação de todos estes envolvidos.

Ainda de acordo com Lopez (2009) *apud* Sousa (2009), a análise feita pelos idealizadores do programa evidenciou que a faixa etária que mais sofria

violência era a de 15 a 24 anos, por isso um dos principais objetivos do projeto foi atender ao público jovem, ou seja, grande parte dos projetos visou atender a esta faixa etária. Alguns exemplos destes projetos foram os Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Protejo.

O Pronasci contou ao todo com 94 ações e com a participação de 19 ministérios e articulação com estados e municípios. O desenho institucional do programa, ao contrário de grande parte das políticas públicas no Brasil, estabeleceu uma instituição responsável pela avaliação sistemática do programa, com agentes locais de avaliação e acompanhamento. Tal medida tinha por objetivo provocar nova cultura institucional de avaliação, ainda não existente nas políticas públicas brasileiras, sobretudo, na segurança. (CARDOSO JUNIOR, *et al.*, 2009). No entanto, não foi o que se verificou na prática. Tanto o Tribunal de Contas da União (TCU), quanto da Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisas Avançadas (IPEA), deixaram de promover avaliações sobre o programa devido a ausência tanto de indicadores de avaliação quanto de acompanhamento institucional do programa. Havia sido criado um sistema de monitoramento para o Pronasci, chamado de Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronasci (SIMAP), o portal seria alimentado com dados da execução do programa, porém o portal não fora atualizado e com a descontinuidade do programa provavelmente foi tirado do ar.

5.1 MECANISMOS DO PROGRAMA

Segundo informações retiradas do portal do Ministério da Justiça (MJ), o Pronasci previa a criação de quase 38 mil vagas no sistema penitenciário do país visando atender a um público específico: jovens entre 18 e 24 anos. O objetivo do governo federal com o programa seria de separar os presos por faixa etária e natureza do delito e impedir que os jovens que cometessem pequenos delitos e se contaminassem pela influência dos líderes do crime organizado.

Além da reestruturação do sistema prisional, o programa envolveria ainda ações que visariam a qualificação de agentes penitenciários e à formação profissional de presos. No campo da prevenção, dezenas de projetos contariam com o envolvimento direto da própria comunidade a qual, ciente dos seus direitos,

atuaria em conjunto com as forças policiais para a redução da violência no Brasil. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

Além dos profissionais do sistema de segurança pública, o Pronasci conforme já citado, teria como público-alvo, jovens com idade entre 15 e 24 anos à beira da criminalidade, que se encontrassem ou já estivessem em conflito com a lei – presos ou egressos do sistema prisional; incluiria também os reservistas, que são atraídos para o crime organizado em função de seu aprendizado com o manejo de armas durante o serviço militar. Um de seus objetivos seria, portanto, a inclusão e acompanhamento do jovem em um percurso social e formativo que lhe permitiria o resgate da cidadania. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

O Programa seria coordenado por uma secretaria-executiva em nível federal e regionalmente dirigido por uma equipe que atuaria junto aos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM) e que seriam responsáveis pela implementação de suas ações nos municípios. A execução do programa seria feita através de mobilizações comunitárias e policiais. Nesta dinâmica, os GGIM's atuariam de forma articulada junto aos órgãos competentes – polícias civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal, secretaria de segurança pública – promovendo ações integradas de combate à violência e oferecendo, deste modo, condições para o trabalho de equipes multidisciplinares do Pronasci compostas por profissionais como assistentes sociais, psicólogos, educadores, pedagogos e outros.

Este programa seria desenvolvido por meio de uma gestão descentralizada. Para garantir a realização de todas as suas ações no país como um todo, foram celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais presentes no Brasil. Com esses mecanismos, pretendia-se que estados e municípios tivessem condições estruturais, físicas e financeiras para implementar as ações do Pronasci. A instituição responsável pela avaliação e acompanhamento do Programa seria a Fundação Getulio Vargas (FGV). Nesta avaliação, seria realizada a verificação do cumprimento de indicadores bem como a análise do contexto econômico e social existente, mas o maior controle do Programa ocorreria com a participação da sociedade. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

Para facilitar a compreensão da atuação do Pronasci serão apresentados no capítulo a seguir os objetivos e principais formas de atuação inseridas neste programa.

5.2 OBJETIVOS

Segundo o MJ, o objetivo do Pronasci é reduzir as raízes sócio-culturais de criminalidade, articulando ações, tanto na prevenção, controle e repressão da criminalidade, o programa ainda possui alguns objetivos específicos:

- Envolvimento da comunidade na prevenção da violência.
- Re-socialização de jovens com penas restritivas de liberdade e egressos do sistema prisional
 - Inclusão do jovem em situação infracional ou criminal nas políticas sociais do governo
 - Enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado
 - Promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, de orientação sexual e diversidade cultural
 - Beneficiar, direta ou indiretamente, 3,5 milhões de pessoas entre profissionais de segurança pública, jovens e suas famílias
 - Buscar a redução do número de homicídios, dos atuais 29 por 100 mil habitantes para 12 homicídios por 100 mil habitantes, nos próximos quatro anos após sua implementação. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA).

5.3 PRINCIPAIS PROJETOS

O programa é composto por um total de 94 ações divididas em ações Estruturais e Programas locais que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade. Alguns deles merecem destaque: Territórios da Paz, Mães da Paz, Protejo, PELC, projetos educacionais, atividades culturais, atendimento a grupos vulneráveis, Jornadas de Direitos Humanos, Investigação de crimes, Policiamento Comunitário, Campanha Nacional de Desarmamento e Regulamentação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), Uma das

principais balizas do programa é busca pela recuperação da cidadania e da dignidade das pessoas, fatores estes que desde 1989 foram colocado em prática pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, sem ano).

- Programa Esporte e Lazer da Cidade

Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), este projeto quando fosse implantado na comunidade identificaria as lideranças, mapearia os trabalhos desenvolvidos e a partir daí aportaria recursos, garantindo que os projetos tivessem andamento e, ao mesmo tempo, traria coisas novas, como ping pong, capoeira, hip hop, dança, uma série de outros elementos culturais que se o jovem tiver engrenado nessa estrutura social, como esporte e lazer, a tendência de que ele vá para a criminalidade será muito menor. E a partir daí os jovens poderiam se tornar multiplicadores da cidadania. A partir do momento que eles entrassem no projeto, tornariam-se agentes potencializadores da cultura de paz. Eles angariam e recrutam outros jovens, que também passam por dificuldades, estão na ociosidade ou em conflito ou em eminente conflito com a lei. Para os autores do Pronasci, quando o jovem possui um espaço onde possa expressar-se e produzir, onde ele possa ser protagonista social, esse jovem passaria a integrar a cultura de paz. E aí o processo de violência juvenil tenderia a diminuir. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, sem ano).

- Mulheres da Paz

Segundo o MJ, o projeto tinha como objetivo a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para que se atuassem como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas e para as mesmas, além de construir e fortalecer redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres. As Mulheres da Paz seriam compostas por mulheres da própria comunidade, capacitadas em temas como gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências, fatores de risco e protetivos e prevenção ao uso de drogas, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência prevenir a violência juvenil e o envolvimento dos jovens

com as drogas, bem como a violência de gênero. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, sem ano).

- Protejo

O projeto tinha como objetivo geral selecionar e acompanhar jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou cumprindo medidas sócio-educativas, com vistas à desenvolver percursos formativos para a promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social, para a prevenção da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas. A formação desses jovens seria realizada por intermédio de um Percurso Social Formativo que incluiria temas como: formação cidadã e sócio-jurídica, violências, resolução não-violenta de conflitos, ampliação do letramento, educação ambiental e sustentabilidade, sexualidade, auto-estima, informática e tecnologia, prevenção ao uso de drogas, introdução ao mundo do trabalho, além de atividades culturais e esportivas. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, sem ano).

- Bolsa Formação

O projeto bolsa formação foi criado para incentivar a qualificação profissional e contribuir com a redução das disparidades salariais dos agentes de segurança pública. Os profissionais que recebessem até R\$ 1,7 mil ganhariam bolsa de R\$ 180,00 a R\$ 400,00 desde que cumprissem algumas condicionalidades como não ter sido responsabilizado ou condenado pela prática de infração administrativa grave, nos últimos cinco anos; não possuir condenação penal nos últimos cinco anos, e frequentar, a cada doze meses, ao menos um dos cursos oferecidos pela SNSP ou pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DPNMJ). (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, sem ano). A pesquisa do INESC revela que mais de 70% dos recursos alocados nos dois anos do programa foram aplicados na concessão de bolsas para os agentes de segurança. (JINKINS, 2010).

5.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO PRONASCI

O programa ao longo dos anos desvalorizou-se perante até mesmo o governo federal. O orçamento destinado ao programa foi reduzido consideravelmente. A partir do primeiro ano a meta inicial era destinar 6,7 bilhões ao programa até o ano de 2012. Porém, o que foi visto ao longo destes anos, destoava da meta inicial: em cinco anos foram investidos apenas aproximadamente 4,2 bilhões, apenas 62% do previsto. Em contra-partida os valores destinados a segurança pública pelo governo federal tiveram aumento de aproximadamente 6 bilhões para aproximadamente 8 bilhões no período.

TABELA 13 – TOTAL DE GASTOS E TRANSFERÊNCIAS DO PRONASCI

Ano	Gastos Diretos	Transferências	Total
2007	-		
2008	189.167.462,40	494.318.459,34	683.485.921,74
2009	876.691.025,72	160.592.290,09	1.037.283.315,81
2010	990.666.109,09	301.512.274,21	1.292.178.383,30
2011	783.678.096,70	269.694.853,82	1.053.372.950,52
2012	41.382.439,43	87.590.420,23	128.972.859,66
2013	290.992,56	17.051.836,39	17.342.828,95
Total			4.212.636.259,98

Fonte: Portal da transparência do Governo Federal, elaboração do autor.

A questão principal não está em desvalorizar o incremento orçamentário destinado aos outros programas, ao contrário, a evolução no aumento de verbas faz a sociedade sentir-se mais segura e confiante, à medida que o governo investe nestes programas, promovendo o bem-estar dos indivíduos. O que lamenta-se foi a descontinuidade do programa, ou por que não dizer, do seu abandono. Para Carolina Ricardo, coordenadora de Gestão Local da Segurança do Instituto Sou da Paz, a perda é enorme, visto os investimentos já realizados em prol dos projetos atingidos e investimento no programa:

Essa perda da continuidade infelizmente é comum na área. Poderia se definir um certo conjunto de ações e levar adiante, porque o programa tem frutos importantes. Mas desistir do programa seria muito ruim, porque se aplicou muito dinheiro, envolveu muita gente, também se investiu muito em formação de pessoas. (GOMES, 2013. p. 1).

Infelizmente dados e informações apontam que o programa tem sido deixado de lado por parte de algumas esferas do governo. Mas por que isso vem ocorrendo? Para Luis Flavio Saporì, coordenador do Centro de Pesquisas em

Segurança Pública da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), um dos principais motivos para o abandono do programa, foi a frustração obtida, devido a lentidão dos resultados esperados: “A redução nos índices de violência só é percebida em médio ou longo prazo. Mas os gastos são visíveis agora. Não se deveria avaliar a continuidade somente por questões econômicas. Existem muitos avanços importantes”. (GOMES, 2013).

Um dos pontos desestimuladores do programa foi o elevado número de ações propostas, tanto pelo mecanismo de execução dos projetos, como para monitoramento e avaliação. Saporiti complementa: “Faltou foco ao Pronasci. Quando se abre muito o leque de ações é difícil analisar os resultados. E com isso pode ter se perdido os objetivos de visita”.

Já na visão da coordenadora Carolina Ricardo, o governo não entendeu o seu papel na segurança pública, ou seja, o governo de alguma forma quis esquivar-se de suas responsabilidades, atribuindo responsabilidades maiores aos estados e municípios. Era um bom momento para o governo federal exercer seu papel de fato e atuar diretamente no programa.

Um ponto crucial na queda da popularidade do programa, na visão de Julio Jacob Waisefisz - pesquisador e desenvolvedor do Mapa da Violência -, foi a falta de avaliação contínua do projeto, tanto da parte do MJ, quanto dos Estados e municípios contemplados pelo Pronasci, para que fossem descobertos as falhas e acertos de cada município. A falta de planejamento também culmina com uma avaliação eficiente. Muitos dos municípios não souberam planejar de forma adequada a adoção de alguns projetos, não estando capacitados a administrá-los, ocasionando por muitas vezes o seu abandono no meio do caminho. Carolina afirma:

o governo federal montava diretrizes, mas a estrutura dos municípios não acompanhava as demandas. Faltou orientação metodológica a eles e isso acabou causando o abandono pelos municípios, porque os resultados não são imediatos. (GOMES, 2013, p. 1).

Outro problema do programa apontado em uma matéria d'O Globo citada no portal Noar, o MJ afirmou que até 2011 ao todo, foram devolvidos R\$ 135,35 milhões ao governo Federal. Esse montante se refere a todos os convênios na área de segurança, abrangendo o Pronasci, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), além de outros. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança

Pública (SENASP) e a devolução de verba acontece quando o estado não confirma a utilização no prazo determinado. (CASTRO, 2014).

5.5 DIAGNÓSTICO DO PRONASCI DADO PELO TCU

De acordo com uma análise exposta pela 3ª Diretoria Técnica do Tribunal de Contas da União (TCU), Márcia de Lima de Aquino, em 2011 no Senado Federal, em primeiro momento, ocorreu um trabalho de levantamento, para conhecer melhor o Pronasci, e identificar as possíveis áreas de atuação do Tribunal. Na primeira etapa fez-se o levantamento de autoria, para conhecer a organização e o funcionamento do programa, identificar objetos e instrumentos de fiscalização e avaliar a viabilidade da realização de fiscalização.

Alguns dos valores neste estudo entre 2008 a 2010, foram o pagamento de bolsa-formação, com 981 milhões; aquisição de equipamentos, equivalente a 304 milhões, construção de penitenciárias penais especiais, com 209 milhões e implantação do GGIM, o projeto Protejo e Mulheres da Paz, nos chamados territórios da Paz, com 102,2 milhões. (SENADO, 2011).

O relatório de levantamento de auditoria não verificou irregularidades nos repasse dos valores acima citados, mas ele também apontou algumas fragilidades em relação ao controle de execução do Pronasci. Como por exemplo, o fato de não terem sido divulgados relatórios avaliativos com informações sobre execuções dos convênios e seus indicadores, como: índice de sensação de segurança nos territórios de coesão social, taxa de homicídios, vítimas de crimes violentos contra o patrimônio. Pois quando se tem um programa em operação, a primeira coisa a saber é a sua efetividade.

Outro fator que segundo o relatório obteve falhas foi a necessidade de aprimoramento da própria estrutura do MJ, de forma a compatibilizá-la com o volume de recursos destinado a ações do programa. O volume foi significativo e o MJ não tem estrutura adequada, tem carência de recursos humanos, nas secretarias finalísticas da MJ, envolvidos com a execução do Pronasci, problema este que ocorre em diversos órgãos da União. (SENADO, 2011).

Em relação ao período de 2008 a 2010, foi constatada uma concentração de repasse do recurso Pronasci, pois cinco unidades da Federação concentraram 54% dos recursos transferidos para programa, para os estados e municípios, totalizando 539 milhões. Em primeiro lugar ficou o Rio de Janeiro, com 140,2 milhões, representando 14% do valor transferido aos estados; o Rio Grande do Sul com 128 milhões e 900 mil, 13%; São Paulo conta com 114 milhões; Goiás com 79 milhões; e a Bahia com 76 milhões. (SENADO, 2011).

A principal ação orçamentária em termos gerais foi destinada ao fortalecimento das instituições de segurança pública tendo por finalidade apoiar a modernização das instituições de segurança pública, para garantir a atuação do estado. Segundo o relatório, no exercício de 2009, foram celebrados com governos estaduais equivalente a R\$ 52,9 milhões, para aquisição de equipamentos de proteção individual, helicópteros e veículos, armamento letal e não letal. (SENADO, 2011).

A maior parte dos recursos destinados à aquisição de foram transferidos às Secretarias de Segurança Pública Estaduais (SSPE). A maioria destinou-se para equipar os gabinetes de gestão municipal, que constituem as estruturas locais de gestão do Pronasci. Lembrando que o Pronasci é gerenciado nacionalmente, pelo MJ, através da SNSP e a Secretaria Adjunta, do Pronasci. Em nível local existe esse GGIM, que é responsável por fazer uma articulação entre a sociedade, os agentes de segurança. (SENADO, 2011).

6 CONCLUSÃO

A criminalidade e a violência no Brasil possuem raízes históricas e sociais. As suas principais causas são relacionadas às desigualdade sociais, ao crescente aumento do tráfico de drogas e de um modelo de segurança pública voltado à repressão. Ao mesmo tempo em que os gastos em segurança pública aumentaram de 2000 para 2013, a criminalidade nos últimos obteve um aumento vertiginoso, seja em número de homicídios, seja em números de roubos, ou no tráfico de drogas. A bibliografia do tema estudado, acredita que para reduzir estes índices de criminalidade será necessário atacar todas as principais causas geradoras da criminalidade de uma só vez; unir segurança pública de repressão e segurança pública de prevenção, ou seja, a segurança pública de repressão entendida como todo o aparelhamento das instituições de segurança públicas, as polícias, seus equipamentos, infraestrutura, etc., e as políticas preventivas que incluem todas aquelas que visam contribuir para a redução da criminalidade, incluindo as políticas sociais em todas as áreas, como a melhoria no acesso ao transporte, à educação e à saúde. Para eles o foco destas políticas sociais no caso brasileiro deve ser os jovens de 15 a 24 anos, pois segundo estatísticas criminais esta é a faixa etária que mais comete crimes e também a mais vitimada pela violência.

Para os autores citados neste trabalho, esta idade é um período da vida do indivíduo em que ele ainda está em formação, no qual ele é passível de receber muitas influências do meio em que vive, pois, jovens que vivem em regiões com muita criminalidade, em meio ao tráfico de drogas ou em um ambiente familiar hostil, tem uma maior probabilidade de adentrar neste ciclo da violência. Aliados ao sistema que vivemos atualmente em uma sociedade altamente consumista, este jovem morador de regiões mais pobres tem no crime uma oportunidade de adquirir bens dos quais não tem acesso, dado a falta de recursos de sua família e a sua baixa competitividade no mercado de trabalho. Como os ganhos da criminalidade, principalmente com o roubo e o tráfico são grandes, torna-se uma oportunidade para os jovens. Pesquisas mostram que o perfil desse jovem infrator hoje é em sua grande maioria; moradores de regiões pobres, são pardos ou negros.

Uma tentativa de mudar esta realidade da segurança pública no Brasil foi a criação do Pronasci, um programa multidisciplinar que tinha por objetivo inicial unir a repressão e a prevenção, em um novo conceito de segurança cidadã. O programa tinha 94 ações em diversas áreas sociais, com o apoio da União, dos estados, municípios e da comunidade. Dentre as principais ações destacaram-se a formação e valorização dos agentes de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à violência e corrupção policial e o envolvimento das comunidades com altos índices de criminalidade, com foco principal para jovens de 15 a 24 anos. Entre os projetos sociais, destacam-se os destinados à jovens que moram em regiões de alta criminalidade e risco social, visando que participem do programa, difundindo os aprendizados do projeto e agindo como multiplicadores. O projeto Mulheres da paz, também ganhou destaque ao oferecer bolsas de incentivo para mulheres da comunidade que se engajassem nas atividades do projeto. Estes dois projetos visavam contribuir para o regaste da cidade nas comunidades. Juntamente com os projetos seriam instaladas ações culturais, esportivas, de capacitação profissional e mediação de conflitos.

Um dos principais objetivos do Pronasci foi a redução do número de homicídios no país, pois as estatísticas funcionariam como um indicador do programa. O programa conseguiu fazer um diagnóstico correto da criminalidade do Brasil e suas causas, pois atacaria além da política repressiva, as principais causas geradoras da criminalidade apontadas neste trabalho. Embora a formulação do programa tenha sido muito elogiada, ocorreram diversos problemas na implantação e execução do programa, bem como a falta de informações, estatísticas e fiscalização, fatores que não permitiram fazer uma análise sobre a eficiência e eficácia do programa, nem mesmo por instituições já previstas para avaliação como por exemplo a FGV. Pela falta de informações, o programa recebeu diversas críticas, principalmente com relação à sua implementação, execução e monitoramento. Faltaram também explicações em relação ao mau uso orçamentário, visto que os recursos não foram aplicados na sua totalidade, conforme previsão e meta inicial do programa. Mesmo não atendendo às suas expectativas iniciais, um ponto positivo do programa foi tentar mudar o foco das políticas de segurança pública no país, podendo servir de base para futuros programas ou até mesmo políticas públicas no combate à criminalidade. Cabe salientar que o Pronasci foi o maior programa de segurança

pública que o país já teve, e que foram gastos ao total mais de 4,2 bilhões de reais em seis anos.

A partir dos dados quantitativos apresentados no presente trabalho, fica claro que o modelo de repressão ao combate à criminalidade não está sendo eficiente: os gastos têm aumentado ao longo dos anos, o gasto *per capita* está em níveis de países desenvolvidos, o número de prisões efetuadas aumentou consideravelmente ao longo dos anos e mesmo assim os índices de criminalidade não reduziram. Os gastos em policiamento, bem como no combate ao tráfico de drogas, aumentaram juntamente com os demais gastos em segurança pública, porém as estatísticas de crimes relacionados ao tráfico não reduziram.

Outro recorte a ser pesquisado que pode aprofundar a presente análise seria em relação à utilização do montante dos gastos: será que eles estão sendo aplicados de forma correta? Pois mesmo com este aumento significativo, dos gastos com a segurança pública, ainda vemos manchetes em jornais ou revistas que mostram a falta de infraestrutura e equipamentos nas polícias, delegacias vazias e até mesmo viaturas sendo empurradas por falta de combustível. Será mesmo que estes recursos destinados à segurança pública chegaram a sua destinação final? Se chegaram, qual a foi sua efetiva aplicação? Ficam aí questões a serem mais bem analisadas em futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.W. **Política de defesa no Brasil**: considerações do ponto de vista das políticas públicas. Opin. Publica, vol.16, no.1, Campinas, 2010. Programa de Doutorado em Administração, Universidade de la Empresa - UDE, Montevideu, Uruguai.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 1, 2007. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**: Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 16 /08/2014

Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 7, 2013. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**: Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 16 /08/2014

Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 8, 2014. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**: Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 16 /08/2014

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BEATO FILHO, Cláudio. C.; PEIXOTO, Betânia Totino. **Há nada certo**. Políticas sociais e crime em espaços urbanos. In: SENTO-SÉ, J. T. (Org.). **Prevenção da violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRAGA, Mariana. CNJ traça perfil dos adolescentes em conflito com a Lei. **Agência CNJ de Notícias**, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18886:cnj-traca-perfil-dos-adolescentes-em-conflito-com-a-lei>>. Acesso em 05/09/2014

BRASIL. PRONASCI: **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm>> Acesso em 10 de dezembro de 2013.

BRONFENBRENNER, U. (1996). **A Ecologia do Desenvolvimento Humano**: Experimentos Naturais e Planejados. Porto Alegre, Artes Médicas.

CANO, Ignacio. As origens da criminalidade. **Revista Superinteressante**. Edição Especial: por um Brasil menos violento, São Paulo, p. 14, abril 2002.

CARDOSO JUNIOR, José Celso, et al.. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf>. Acesso em 15/10/2014.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **Impunidade no Brasil** – Colônia e Império. Estud. av. vol.18 no.51 São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200011>>. Acesso em 09/12/2014.

CASTRO, Marinella; e FURBINO, Zulmira. **Correio Brasiliense**. Tráfico de drogas fatura R\$ 1,4 bilhão por ano no país. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/06/06/interna_brasil,196279/index.shtml>. Acesso em 02/11/2014.

CASTRO, Saulo. Por não cumprir prazos, RN perde investimentos do Ministério da Justiça. **Portal Noar**, Natal, 2014. Disponível em: <http://portalnoar.com/por-nao-cumprir-prazos-rn-perde-investimentos-do-ministerio-da-justica/>>. Acesso em 10/11/2014

CHEDIEK, Jorge; PERAL, Arnaud; e BAIONI, Maristela M.. **Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro 2009/2010**: Valores de desenvolvimento Humano. Realização Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud. Brasília, dezembro de 2010. Ultra Digital Gráfica Editora Ltda. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/rdh_brasil_2009_2010.pdf>. Acesso em 02/09/2014

COIMBRA, Lucimara O. T.. **CONTROLE SOCIAL**: Os conselhos municipais e a conselhos municipais e a participação na formulação de políticas públicas. PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Pinhais, 2012.

Confederação Nacional de Municípios. **Homicídios por Armas de fogo no Brasil**. Taxas números de vítimas antes e depois da lei do desarmamento, Brasília, abril de 2010. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/SegurancaPublica/EstudoArmaSdeFogo-CNM.pdf>>. Acesso em 05/09/2014.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 10/11/2014.

CRISÓSTOMO, Adinei A; e ALVES, Luanne J. da S.. **Políticas públicas, desigualdades, pobreza e exclusão**: um olhar sobre as políticas públicas e as desigualdades sociais no Brasil, conceitos e características. 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd180/politicas-publicas-x-desigualdades-pobreza-e-exclusao.htm>>. Acesso em 15/09/2014

DATASUS. **Portal da Saúde**. Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>. Acesso em 05/04/2014

FERNANDES A. S. A. **Políticas Públicas**: Definição evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

FILOCRE, D' Aquino. **Classificação de políticas de segurança pública**. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 3. Ed. 5.2009. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/57/55>>. Acesso em 25/12/2014.

FORTE, Francisco Alexandre de Paiva. **Análise sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI** – Instituído pela Lei 11.530/07 e MP 416/08. 2008. Goiania, v 35. N. 4. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/viewFile/683/522>>. Acesso em 15/11/2014.

FRANCISQUINHO, Sergio & FREITAS, Solange P. de.. **A influência das drogas na criminalidade**. 85 p. Monografia. UEL – Universidade Estadual de Londrina. 2008. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/seguranca/a_influencia_das_drogas_na_criminalidade.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2013.

FREIRE, M. D.. **Paradigmas de segurança no Brasil**: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, 5 ed., ago/set, 2009.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas. Brasília, 2000.

Fundação Osvaldo Cruz. FIOCRUZ. **Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack**. ICICT. Ministério da Saúde. 2014. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Relatorios/329786.pdf>>. Acesso em: 22/11/2014.

GAROFALO, Raffaele. **Criminologia**: estudo sobre o delito e a repressão penal. Campinas: Editora Pórtas, 1997.

GOMES, Rodrigo. **Governo Dilma prioriza cadeia e ações antidrogas e abandona Pronasci**. Rede Brasil Atual. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/07/governo-federal-prioriza-presidios-combate-drogas-abandona-pronasci>>. Acesso em: 10/11/2014.

GONÇALVES, Leonardo A.. **Direitos sociais. Cidadania, política e justiça**. Controle jurisdicional das políticas públicas: possibilidades e limites. Rio de Janeiro: Editora Sinergia, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios, 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2013**. Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília. 2013. Vol. 3.

IPEA. **Violência é principal problema do país para brasileiros, diz Ipea** Instituto divulgou nesta quarta pesquisa sobre percepção: Saúde, corrupção e desemprego também são preocupação. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12736&Itemid=75>. Acesso em 15/10/2014.

JINKINGS, Daniella. **Inesc diz que programas de segurança pública têm baixa execução.** Agência Brasil. 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-14/inesc-diz-que-programas-de-seguranca-publica-tem-baixa-execucao>>. Acesso em 15/10/2014.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência.** Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1997.

MEDEIROS, A. C. **Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 323-350, 2003. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/657/903%3E>>. Acesso em 28 de junho de 2013.

Ministério da Justiça. **Polícia comunitária recebe reforço com integrantes do Bolsa-Formação.** Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={A4C659C5-8403-4BEB-B71B-92B08F8723B7}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{7AC7EAA8-0183-471F-8F87-D7D4C517705B}%3B&UIPartUID={2218FAF9-5230-431C-A9E3-E780D3E67DFE}](http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={A4C659C5-8403-4BEB-B71B-92B08F8723B7}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{7AC7EAA8-0183-471F-8F87-D7D4C517705B}%3B&UIPartUID={2218FAF9-5230-431C-A9E3-E780D3E67DFE}>)>. Acesso em: 08/10/2014.

NEHER, Clarissa. **Ação da polícia reflete violência inerente à estrutura social brasileira, dizem especialistas.** 2013. Disponível em: <http://dw.de/p/18rML>>. Acesso em 18/09/2013.

NETO, Paulo Mesquita. **Fazendo e medindo progresso em segurança pública.** Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social, 15, 2º sem., p. 184-196, 2006

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. **Políticas de segurança e políticas de segurança pública: da teoria a prática.** In: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. São Paulo: Ilanud, 2002, p. 43-62. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-prevdocrime%20ILANUD.Pdf>>. Acesso em: 10/11/2014.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

Portal da Transparência. Controladoria-Geral da União. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em 10/11/2014.

RICHARD, Ivan. **Agência Brasil.** Ministro defende mudança na legislação para acabar com a impunidade dos corruptos. 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-08-18/ministro-defende-mudanca-na-legislacao-para-acabar-com-impunidade-dos-corruptos>>. Acesso em: 09/12/2014.

RISTUM, M. & BASTOS, A. C. S. (2004). **Violência Urbana: uma análise dos conceitos de professores de ensino fundamental**. Ciência e Saúde Coletiva, vol.9 no.1, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100022>. Acesso em: 15/10/2014.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Forças Policiais e Ordem Pública**. 2013. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/direitomilitar/ano2003/pthadeu/forcaspoliciaiseordepublica.htm>>. Acesso em: 26/10/2014.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (org.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publica_s.PDF>. Acesso em: 30/11/2013.

SALIBA, Maurício Gonçalves. **Neoliberalismo, justiça e direitos humanos**. In: CAMBI, Eduardo Augusto Salomão; KLOCK, Andrea Bulgakov; ALVES, Fernando de Brito (orgs.). Direitos humanos revisitados. Curitiba: Juruá, 2008.

SANTOS, Alberto Marques dos. **Criminalidade: causas e soluções**. Curitiba: Editora Juruá, 2006. Disponível em: <<https://albertodossantos.wordpress.com/artigos-juridicos/criminalidade-causas-e-solucoes/>>. Acesso em 14/12/2013.

SANTOS, M. J. ; KASSOUF, A. L. **Estudos Econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias**. 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p343_372.pdf>. Acesso em 14/12/2013.

SAPORI, Luis F. **Desigualdade & Diversidade – Avanço no socioeconômico, retrocesso na segurança pública: paradoxo brasileiro?** Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº11, ago/dez, 2012

SAPORI, Luis F.; MEDEIROS, Regina (orgs.). **Crack, um desafio social**. Belo Horizonte: Editoria PUC Minas, 2010.

SAPORI, Luis F.; SENA, Lúcia. **Crack e violência urbana**. In: Ribeiro, Marcelo; Laranjeira, Ronaldo (orgs.). O tratamento do usuário de crack. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012, pp. 74-91.

Senado Federal. **Secretaria-Geral da Mesa**. Secretaria de Registro e Redação Parlamentar Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000131/11>>. Acesso em 14/11/2013.

SOUSA, Luiz Carlos, Informativo SSPC/PB: **Programa resgata jovens da violência**. João Pessoa, Junho de 2009. Disponível em: <<http://www.sspcpb.com.br/jornalcp28062009.htm>>. Acesso em 12/08/2014.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. In: Sociologias n°16: 20-45, 2006.

UFPR. **Dicas de normalização** – Sistemas de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.portal.ufpr.br/tutorial%20NORMAS%20ago%202010.pdf>>. Acesso em 15/02/2013.

VERGARA, Rodrigo. **A origem da criminalidade.** Revista Superinteressante especial, abril/2002, p.14.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente:** exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso:** violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 13, n. 3, Sept. 1999 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=is> Acesso em 17 /07/2014.

ZALUAR, Alba. **Juventude violenta:** processos, retrocessos e novos desafios. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 55, nº 2, 2012, pp. 327-365